

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Thaís Zortéa Ferreira de Araújo

**DEMOCRACIA, TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR:
um estudo na América Latina**

Florianópolis

2018

Thaís Zortéa Ferreira de Araújo

**DEMOCRACIA, TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR:
um estudo na América Latina**

Trabalho de Curso apresentado à disciplina
CAD7305 como requisito parcial para a obtenção do
grau de Bacharel em Administração pela
Universidade Federal de Santa Catarina.

Enfoque: Monográfico

Área de concentração: Administração Pública

Orientador(a): Prof. Dr. Bernardo Meyer

Florianópolis

2018

Catálogo na fonte elaborada pela biblioteca da Universidade Federal de Santa
Catarina

A ficha catalográfica é confeccionada pela Biblioteca Central.

Tamanho: 7cm x 12 cm

Fonte: Times New Roman 9,5

Maiores informações em:

<http://www.bu.ufsc.br/design/Catalogacao.html>

Thaís Zortéa Ferreira de Araújo

DEMOCRACIA, TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR: um estudo na América Latina

Este Trabalho de Curso foi julgado adequado e aprovado na sua forma final pela Coordenadoria Trabalho de Curso do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 25 de junho de 2018.

Prof. Martin de La Martinière Petroll, Dr.
Coordenador de Trabalho de Curso

Avaliadores:

Prof^ª. Bernardo Meyer, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª. Monique Nascimento, Me.
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Gerson Rizzatti Jr, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

À minha mãe, Soeli

AGRADECIMENTOS

Essa monografia, embora seja fruto de um trabalho individual, demandou o apoio e colaboração de muitas pessoas para sua realização.

Certamente não seria possível realizar esse trabalho sem o apoio do meu orientador, Prof. Dr. Bernardo Meyer, com quem tive o prazer de compartilhar as expectativas e descobertas desta pesquisa. Agradeço pela atenção, orientação e por todos os ensinamentos que pacientemente me concedeu ao longo dessa jornada.

Agradeço à minha mãe, Soeli Zortéa, que não mede esforços para que eu realize os meus sonhos. Sua força, dedicação e a certeza do seu amor me inspiram e encorajam. Todas as minhas conquistas, toda a minha vida eu dedico a você.

Agradeço aos familiares e amigos que de alguma forma me incentivaram e apoiaram durante a graduação e a realização desse trabalho.

Agradeço especialmente às minhas amigas Beatriz, Priscila, Carolina, Luiza e Manoela com quem compartilhei os bons e os maus momentos dessa fase tão importante de nossas vidas.

Agradeço à Taynara por todo o apoio, incentivo e dedicação para tornar nossa casa mais parecida com o nosso lar.

Agradeço à Maria Eduarda pela ajuda prestada com as entrevistas internacionais.

Agradeço a todas as pessoas que me concederam entrevista e possibilitaram a realização deste trabalho.

“In a dark time, the eye begins to see.”

(Theodore Roethke)

RESUMO

O debate político atual sobre a democracia é marcado por questionamentos diversos acerca do funcionamento, da legitimidade social e da efetividade das instituições representativas. Entre as respostas para essa crise democrática, convivemos com o surgimento de diversas inovações que visam aumentar a participação popular nos espaços de construção das políticas públicas. Este trabalho tem o objetivo de analisar como a tecnologia está influenciando a participação política na América Latina. A metodologia adotada teve como primeiro procedimento a revisão bibliográfica acerca da administração pública, política, democracia, tecnologia e empreendedorismo social. Posteriormente, foi realizada uma pesquisa qualitativa em que foram entrevistadas 13 pessoas com experiência profissional na área sobre o uso da tecnologia no aprimoramento da democracia e da participação popular. Os resultados evidenciaram que a tecnologia tem sido muito utilizada para viabilizar projetos inovadores de organizações da sociedade civil e empreendimentos sociais voltados à participação popular. Contudo, constatou-se que essas iniciativas ainda são incipientes e que a participação do cidadão não depende apenas das ferramentas de que ele dispõe, mas sobretudo do reconhecimento da importância de sua atuação comprometida e constante no âmbito público.

Palavras-chave: democracia, tecnologia, participação política.

ABSTRACT

The current political debate on democracy is marked by diverse questions about the functioning, social legitimacy and effectiveness of representative institutions. Among the responses to this democratic crisis, we are living with the emergence of several innovations that seek to increase popular participation in the spaces for the construction of public policies. This research aims to analyze how technology has influenced political participation in Latin America. The methodology adopted had as a first procedure the bibliographic review on public administration, politics, democracy, technology and social entrepreneurship. Subsequently, a qualitative research was carried out in which 13 people with professional experience in this area were interviewed about the use of technology in the improvement of democracy and popular participation. The results revealed that technology has been widely used to enable innovative projects of civil society organizations and social enterprises aimed at popular participation. However, it was found that these initiatives are still incipient and the participation of the citizens depends not only on the tools at their disposal, but also on the recognition of the importance of their committed and constant action in the public sphere.

Keywords: democracy, technology, political participation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perfil dos entrevistados	39
Quadro 2: Organizações que usam a tecnologia para melhorar o processo democrático e a participação popular na América Latina	80

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVOS	14
1.1.1 OBJETIVO GERAL	14
1.2 JUSTIFICATIVA	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	17
2.2 POLÍTICA.....	23
2.3 DEMOCRACIA E TECNOLOGIA	28
2.4 EMPREENDEDORISMO SOCIAL.....	32
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	37
4 DESCRIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ESTUDADAS	41
4.1 CONTAS ABERTAS.....	41
4.2 SEAMOS: DEMOCRACIA DIGITAL.....	43
4.3 FUNDACIÓN CIUDADANO INTELIGENTE	44
4.4 LABORATÓRIO HACKER	46
4.5 ECUADOR CHEQUEA	47
4.6 POLITIZE	49
5 DESCRIÇÃO DOS DADOS	52
5.1 DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA	52
5.2 PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	57
5.3 TECNOLOGIA, DEMOCRACIA E A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS	62
5.4 USO DA TECNOLOGIA PARA FINS POLÍTICOS	69
5.5 OBSTÁCULOS PARA UM MAIOR USO DA TECNOLOGIA PARA APROXIMAR O CIDADÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	73
5.6 CASOS PRÁTICOS	79
6 DISCUSSÃO DOS DADOS	86
6.1 DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA	86
6.2 PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	88
6.3 TECNOLOGIA, DEMOCRACIA E A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS	90
6.4 USO DA TECNOLOGIA PARA FINS POLÍTICOS	91
6.5 OBSTÁCULOS PARA UM MAIOR USO DA TECNOLOGIA PARA APROXIMAR O CIDADÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	93

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICES	104

1 INTRODUÇÃO

A construção do sistema democrático representativo ocorreu há pouco mais de duzentos anos, quando teve início o mais importante movimento de transformação dos sistemas políticos moderno. De acordo com Almeida, Bautista e Addor (2017), a reformulação do sistema político deixou para trás uma realidade caracterizada pela concentração de poder nas mãos dos monarcas para que a população tivesse mais condições de intervir nos caminhos do desenvolvimento econômico e político de seu país.

Com o passar do tempo, o ideal democrático foi cedendo espaço para o modelo hegemônico de consolidação da democracia em que a participação do cidadão acabou restrita ao exercício do voto nas eleições. Essa lógica colaborou para o desenvolvimento de uma crise do modelo de representação democrática marcada por questionamentos relacionados ao funcionamento e efetividade das instituições representativas (SANTOS, 2002).

Na América Latina, a consolidação dos regimes democráticos ocorreu recentemente, conforme apontado por Melo (2006). Somente nas últimas duas décadas é que a maioria dos países da região restabeleceu o sistema político democrático acompanhado de inúmeros desafios. Desde então, as jovens democracias latino-americanas atravessaram períodos de graves crises políticas, com notável instabilidade e perda de representatividade, e alguns países chegaram a sofrer ameaças de retrocesso. Nesse contexto, os países da região também vêm passando por um momento de reavaliação do sistema político e de intensa inovação e experimentação institucional.

Essa crise de representação política, manifestada principalmente no desinteresse e na desconfiança generalizada nos assuntos políticos, evidencia que o modelo baseado apenas no voto não é suficiente para atender às demandas sociais que se apresentam (GOMES, 2005). Como resposta a este fenômeno, convivemos com o surgimento de diversas inovações democráticas que visam o aprofundamento da democracia por meio da participação dos cidadãos em espaços consultivos ou deliberativos, com o objetivo de integrar a população aos processos de criação de políticas públicas e de tomada de decisões (ALMEIDA; BAUTISTA; ADDOR, 2017).

O que essas inovações têm em comum é o uso das tecnologias digitais como instrumentos para inovar no campo democrático. Tais tecnologias proporcionaram a eclosão de uma onda de organizações e empreendimentos sociais com diversos objetivos, como a disponibilização de informações sobre orçamentos públicos, a organização de

protestos, a formação de redes de organizações com propósitos semelhantes, a fiscalização de contas públicas, entre tantos outros exemplos (PINHO, 2012).

Nesse sentido, há uma corrente de estudiosos otimistas quanto ao potencial da tecnologia em criar novas estruturas de comunicação e oportunidades para ampliar a participação política cidadã. As redes teriam esse poder por serem capazes de eliminar ou reduzir alguns obstáculos da participação, principalmente em relação ao tempo e ao acesso à informação, o que contribuiria para a intensificação do debate político. Na visão desses estudiosos, por meio da tecnologia é possível engajar e mobilizar indivíduos que estavam alheios à esfera política e, dessa forma, fortalecer a democracia (RIBEIRO; BORBA; HANSEN, 2016).

Por outro lado, outra corrente de pesquisadores não atribui à tecnologia um potencial revolucionário. Nessa perspectiva, a tecnologia reforça as estruturas já existentes, pois seu acesso está restrito somente a uma parte da população. Além disso, as tecnologias da informação e comunicação trariam apenas novas oportunidades de participação para os indivíduos já ativos, mas elas não seriam úteis para engajar o cidadão desinteressado politicamente (RIBEIRO; BORBA; HANSEN, 2016).

Para contribuir com essa discussão sobre a influência da tecnologia na participação política do cidadão, este trabalho foi desenvolvido a partir do seguinte problema de pesquisa: Como a tecnologia está influenciando a participação política na América Latina?

1.1 OBJETIVOS

Para direcionar este estudo, foram definidos objetivos geral e específicos com o intuito de responder ao problema de pesquisa.

1.1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o impacto da tecnologia na participação política na América Latina.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para o alcance do objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar práticas de uso da tecnologia para estimular a participação política;
- b) Comparar ações desenvolvidas no Brasil com ações desenvolvidas em outros países no tocante ao uso da tecnologia para estimular a participação política;
- c) Analisar a efetividade das práticas de uso da tecnologia para envolver a sociedade na política.

1.2 JUSTIFICATIVA

O avanço das tecnologias da informação ocorrido nos últimos anos proporciona uma gama de oportunidades para reconfigurar os sistemas políticos atuais. A disseminação do acesso à internet, a velocidade da troca de informações, o caráter interativo das redes e o potencial das plataformas de participação popular são elementos que fortalecem as expectativas de consolidação de uma democracia mais participativa e efetiva (ALMEIDA; BAUTISTA; ADDOR, 2017).

Entretanto, admite-se que o uso da tecnologia para promover a participação política ainda é incipiente, além de não representar uma solução absoluta para os problemas dos sistemas democráticos e tampouco significar necessariamente o aprofundamento da democracia (MUHLBERGER, 2005).

Atualmente, estamos vivenciando a eclosão de inúmeras organizações da sociedade civil criadas com o objetivo de engajar os cidadãos na participação política e transformar as relações entre representantes e representados. A atuação desses novos grupos não se limita apenas a proposição de mudanças, mas ao desenvolvimento de mecanismos que contribuem para sua realização, bem como a idealização de formas de pressionar os governantes para atender aos interesses da população.

A escolha deste tema para a pesquisa se deu em virtude do potencial que a tecnologia apresenta para contribuir com o aprimoramento da democracia no Brasil e na América Latina. Com este estudo, pretende-se discutir o que tem sido feito por meio da tecnologia para obter governos mais representativos e legítimos que consigam se adaptar à realidade da nova sociedade e atender às demandas da população.

Além disso, com a apresentação de casos práticos de empreendimentos sociais e organizações indicadas pelos entrevistados pretende-se mostrar que a sociedade civil pode criar mecanismos de participação para melhorar o funcionamento da democracia e dos governos. Desse modo, esta pesquisa pode contribuir para fomentar o

desenvolvimento de iniciativas que visem modificar o contexto econômico, social e político da região.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A expressão Administração Pública está estreitamente relacionada ao conceito de Estado que, em sua versão moderna, é composto por um conjunto de órgãos de decisão - Parlamento e governo - e de execução — Administração Pública (COSTIN, 2010). Nessa perspectiva, segundo a autora, o Estado possui uma dimensão legiferante, relacionada à criação de leis que regem a vida social, e uma dimensão administrativa relacionada à gestão das instituições e das relações políticas.

Nesse contexto, o Estado é a instância que ordena a sociedade em uma estrutura de poder específica, e a Administração Pública é responsável por operacionalizar suas decisões por meio da prestação de serviços públicos, fiscalização, regulação e exercício de funções de soberania (COSTIN, 2010). Para a autora, a administração pública é o conjunto de órgãos, funcionários e procedimentos utilizados pelos três poderes integrantes do Estado — Executivo, Legislativo e Judiciário — para desempenhar funções atribuídas pela sociedade.

Na concepção de Costa (2008), administração pública é uma expressão com diversos sentidos, visto que denota simultaneamente uma instituição, um quadro de funcionários, uma forma de gestão e uma disciplina. Sob seu ponto de vista, a administração pública é o aspecto mais visível do governo e consiste no conjunto de órgãos e funcionários que administram a república e desempenham atividades governamentais com o objetivo de atender aos interesses coletivos e promover o bem comum.

Costin (2010) enfatiza que as funções a serem desempenhadas pelo governo são continuamente modificadas à medida que as expectativas da sociedade se transformam e novas propostas de atuação estatal são realizadas nas disputas ocorridas na esfera política. Secchi (2009) corrobora ao destacar que ao longo das décadas diversas reformas e mudanças ocorreram nas políticas de gestão pública de todo o mundo visando a superação de dificuldades organizacionais e gerenciais no setor público. Nesse sentido, Moretto Neto (2012) identifica quatro modelos principais na evolução do conceito de administração pública: administração patrimonialista, administração burocrática, nova gestão pública e novo serviço público.

No modelo mais antigo, da administração patrimonialista própria das monarquias absolutas, o Estado funciona como uma extensão do poder do soberano e todo o aparelho do Estado é utilizado em benefício do próprio governante e de seus favorecidos (KLERING; PORSSE; GUADAGNIN, 2010). Nesse modelo não há distinção entre o patrimônio público e privado do rei que, amparado em uma visão religiosa que confere caráter divino ao seu poder, é considerado proprietário do Estado e de seus súditos que devem lealdade à ele (COSTIN, 2010).

Costa (2012) corrobora ao mencionar o patrimonialismo weberiano definido como um tipo de dominação legítima de caráter tradicional em que a relação entre indivíduo dominador e dominado é pautada pela obediência. No modelo patrimonialista a dominação legítima de caráter tradicional é legitimada com base em uma autoridade sacralizada concedida desde os tempos antigos e é manifestada de forma arbitrária, segundo os interesses pessoais do dominador.

Segundo Weber (2004), a não distinção entre as esferas pública e privada e o quadro administrativo composto por funcionários do círculo pessoal do senhor são características da administração patrimonialista que propiciam o desenvolvimento do favoritismo. Ainda, conforme apontado por Moretto Neto (2012), tendo em vista que o Estado funciona para assegurar o bem-estar dos grupos vinculados à monarquia, as práticas de corrupção, tirania e nepotismo são características nesse modelo e acentuam as desigualdades sociais.

Tais características da administração patrimonialista são indicativos da ineficiência governamental desse modelo que se concretizou como clientelismo e fisiologismo nas democracias representativas e se revelou incompatível com as demandas da sociedade civil (COSTA, 2012).

Bresser-Pereira (1996) destaca que com o estabelecimento do capitalismo e da democracia surgiu a necessidade da adoção de um novo modelo de gestão pública capaz de proteger o patrimônio público contra a privatização do Estado. O autor enfatiza que “é essencial para o capitalismo a clara separação entre o Estado e o mercado; a democracia só pode existir quando a sociedade civil, formada por cidadãos, distingue-se do Estado ao mesmo tempo que o controla”.

Esse contexto de ascensão do capitalismo industrial tornou necessária a constituição de um novo modelo de administração pública que fizesse clara distinção entre o público e o privado, além da separação entre o político e o administrador público (BRESSER-PEREIRA, 1996). O modelo desenvolvido é o da administração burocrática,

fundamentado no modelo de dominação racional-legal de Max Weber, que propõe um método de organização racional e eficiente em oposição ao nepotismo, clientelismo e corrupção característicos no modelo patrimonialista. (HELAL; DIEGUES, 2009).

Para Moretto Neto (2012), a burocracia se sustenta sobre o conhecimento técnico, conferindo caráter racional e funcionando como instrumento capaz de assegurar alta eficiência administrativa. Para tanto, segundo o autor, a burocracia pressupõe o estabelecimento de regras formais que padronizam e concedem igualdade no tratamento dos casos, determinando com exatidão as relações de poder e subordinação.

Em seu modelo de dominação burocrática, Weber (2004) estabelece como atributos da organização racional-legal: a hierarquia, a divisão do trabalho, a existência de regras gerais de funcionamento, a separação entre propriedade pessoal e organizacional, e a seleção de pessoal com base em qualificações técnicas. Essa dominação racional-legal seria exercida com base em três características principais: a formalidade, a impessoalidade e o profissionalismo (SECCHI, 2009).

A formalidade, de acordo com Secchi (2009), impõe por meio de normas e regulamentos explícitos os deveres e responsabilidades dos membros da organização, a configuração e legitimidade hierárquica, assim como a formalização dos processos decisórios e da comunicação interna e externa. Costin (2010) ressalta que a determinação de normas e regulamentos para as atividades, estruturas e procedimentos tem como objetivo evitar a imprevisibilidade e estabelecer maior segurança jurídica nas decisões administrativas.

A impessoalidade determina que as relações entre os integrantes da organização e entre a organização e o ambiente externo ocorram de acordo com funções e linhas de autoridade claras (SECCHI, 2009). O autor ressalta que os cargos pertencem à organização, e não aos indivíduos que os estão ocupando, o que ajuda a reduzir os casos de apropriação individual do poder a partir do momento que o sujeito é afastado de sua função ou da organização.

Para Secchi (2009), o profissionalismo é um princípio que contrapõe o nepotismo característico do modelo patrimonialista à medida que implica na separação entre patrimônio público e privado e as funções da administração pública são atribuídas aos indivíduos que apresentam maior capacidade técnica e conhecimento. O autor enfatiza que no modelo burocrático a promoção do indivíduo para ocupar posições mais elevadas na hierarquia depende da sua experiência na função e do desempenho apresentado.

Conforme apontado por Costa (2012), o surgimento da administração burocrática, hierarquizada, com rígido controle dos processos administrativos e métodos impessoais de recrutamento de funcionários propôs um nível de racionalidade e eficiência inexistentes no modelo anterior. Entretanto, Bresser-Pereira (1996) ressalta que na prática o modelo burocrático não se mostrou eficiente, mas sim lento, caro, de baixa qualidade e pouco orientado para atender às demandas dos cidadãos.

Tais disfunções burocráticas foram toleradas enquanto prevalecia um Estado pequeno cujas funções se restringiam a proteção de contratos, segurança da população e arbitragem de conflitos. Contudo, de acordo com Costin (2010), com a formação do grande Estado social tornou-se indispensável a adoção de um modelo de administração pública mais eficiente em razão do aumento da complexidade dos serviços atribuídos ao poder público como saúde, educação e políticas de combate às desigualdades. Para tanto, o novo modelo deveria propor uma administração menos hierárquica e mais flexível, com menores custos e, principalmente, assegurar maior qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

O modelo proposto é o da administração pública gerencial, também conhecido como nova gestão pública, que segue os princípios do gerencialismo, enfatizando a profissionalização e o uso de técnicas e ferramentas de gestão do setor privado adaptadas ao setor público (BRESSER-PEREIRA, 1996). Esse modelo pretende transformar o Estado numa organização competitiva, com a finalidade de obter melhores resultados para a população, por meio da ação empreendedora do gestor público (DENHARDT, 2012).

Costin (2010) menciona dois países que se destacaram na implementação da nova gestão pública: Inglaterra e Nova Zelândia. Segundo a autora, o modelo teve início na Inglaterra com a eleição de Margareth Thatcher, em 1979, com um discurso de defesa do Estado mínimo e de reforma da economia e do serviço público. Na Nova Zelândia, por sua vez, o governo eleito em 1984, considerado intervencionista, enfrentou uma grave crise econômica que o motivou a aceitar sugestões de funcionários do Tesouro do país que recomendavam uma grande reforma do Estado. A partir das experiências pioneiras desses dois países, a reforma administrativa gerencial se propagou para outras nações.

Salm e Menegasso (2009) destacam que a origem do modelo está na busca por maior produtividade do setor público, o que significa encontrar maneiras para que o governo produza mais com menor custo, adotar mecanismos de mercado que superem as deficiências burocráticas e aderir ao modelo de gestão orientado por resultados. Segundo os autores, a administração gerencial também tem como premissas a descentralização e

privatização dos serviços públicos nos quais o usuário é tratado como consumidor e o fornecedor do serviço é responsável perante o consumidor final.

De acordo com Moretto Neto (2012), o maior desafio que se impõe à gestão pública com a adoção do gerencialismo é a transição do processo burocrático para a ação empreendedora que requer flexibilidade, inovação, criatividade, adaptabilidade e cooperação contínua. O autor destaca ainda que a adoção da gestão pública orientada por resultados exige novo desenho organizacional e nova forma de atuação dos agentes públicos por meio de ações organizadas junto à sociedade civil, promovendo a cidadania deliberativa e a descentralização das estruturas e dos processos decisórios.

Na visão de Costin (2010), as características mais relevantes da administração gerencial são os sistemas de gestão e controle focados em resultados; maior autonomia gerencial ao administrador público; avaliação e divulgação dos resultados para identificar as políticas e serviços mais efetivos; descentralização e redução da hierarquia para obter maior agilidade na prestação de serviços e a participação dos usuários; contratualização de resultados a serem alcançados; incentivos ao desempenho superior; e criação de novas configurações institucionais para realização de serviços não exclusivos do Estado.

Contudo, apesar das expectativas geradas com o surgimento da nova gestão pública, as críticas realizadas a esse modelo estão relacionadas principalmente à filosofia de mercado que o sustenta; aos resultados que produziu quando comparado a suas promessas; e à insatisfação por não ter transformado a administração pública (SALM; MENEGASSO, 2009). Segundo os autores, outras críticas são realizadas quando se compara a administração pública burocrática com a nova gestão pública e se conclui que a última preserva características importantes da burocracia.

Na perspectiva de Salm e Menegasso (2009), conceber o governo dentro dos paradigmas do mercado implica na distorção da esfera pública, situação em que os interesses privados são sobrepostos aos interesses públicos. Para os autores, o modelo também pode enfraquecer a democracia visto que esse contexto distorce o sentido do exercício da liberdade e da participação do cidadão na construção do bem comum.

O novo serviço público, elaborado por Denhardt (2012), surge como alternativa à nova gestão pública, que busca democratizar e aproximá-la do cidadão. Segundo o autor, o modelo se inspira na teoria política democrática, sobretudo em virtude de sua preocupação com a conexão entre cidadãos e governos, e em abordagens provenientes de uma tradição mais humanística na teoria da administração pública, apresentadas como alternativas à gestão e ao desenho organizacional.

Denhardt (2012) elenca sete princípios-chave do novo serviço público: servir cidadãos, e não consumidores; perseguir interesses públicos; dar mais valor à cidadania e ao serviço público do que ao empreendedorismo; pensar estrategicamente e agir democraticamente; reconhecer que a accountability não é simples; servir aos cidadãos em vez de dirigir; e valorizar as pessoas, não apenas a produtividade.

No novo serviço público o governo funciona para servir à comunidade, fomentando a criação de valores compartilhados e criando oportunidades para que cidadãos e grupos comunitários possam dialogar e contribuir para a construção de políticas públicas (SANTOS; SALM; MENEGASSO, 2006). De acordo com os autores, nesse modelo o administrador público também adquire a função de engajar os cidadãos no processo de participação política por meio da educação acerca da importância da democracia participativa. Já os políticos assumem a função de lideranças com poder compartilhado, caracterizada por uma estrutura colaborativa entre órgãos públicos, privados, organizações sem fins lucrativos e comunidade.

As características apresentadas pelo novo serviço público fundamentam-se no diálogo, em valores compartilhados e em processo decisório participativo construído a partir da interação de diferentes sujeitos sociais envolvidos no exercício democrático de crítica coletiva (MORETTO NETO, 2012). Para o autor, nesse modelo de administração pública é imprescindível a participação dos cidadãos nas decisões, no desenvolvimento, no acompanhamento e no controle das ações públicas.

Considerando a dimensão da sociedade e a complexidade dos aspectos que envolvem a participação dos cidadãos, Denhardt (2012) reconhece que o novo serviço público não apresenta a proposta mais simples de administração pública. No entanto, o autor enfatiza que a participação direta dos cidadãos não é apenas essencial, mas possível na construção de uma sociedade democrática.

Todavia, Salm e Menegasso (2009) mencionam que apesar de o novo serviço público propor um modelo democrático de administração pública, ainda é necessária a elaboração de uma proposta que possa ser implementada. Para os autores, o modelo não apresenta uma estratégia para tornar eficiente a utilização da organização burocrática e do mercado na produção do bem público.

Sob outra perspectiva, Roberts (2004) argumenta que a participação dos cidadãos é possível e indica alguns caminhos a serem seguidos para a construção de um processo participativo. Do ponto de vista teórico a autora sugere examinar os estudos realizados na área para encontrar questões práticas que possam ser solucionadas coletivamente, e

construir teorias aprofundadas sobre participação direta na administração pública. Sob o enfoque prático a autora aponta o uso da tecnologia como mecanismo facilitador da participação e, conseqüentemente, promotor de maior engajamento nas decisões e construção de políticas públicas. Nesse sentido, Roberts (2004) defende que a participação dos cidadãos é legitimadora, uma vez que os torna corresponsáveis pelas ações e políticas públicas desenvolvidas; protege a liberdade dos indivíduos; pode reduzir atrasos na entrega de serviços; além de servir como fonte de ideias inovadoras.

2.2 POLÍTICA

O termo política, desde sua origem na Grécia Antiga, adquiriu um significado abrangente e que é utilizado em diferentes sentidos e contextos. O vocábulo deriva do grego *politike*, que significava a ciência dos assuntos do Estado, e *tà politiká* que designava os negócios públicos, ambas as expressões provenientes da palavra *pólis*, cidade (PIMENTEL, 2016). Nesse sentido, a palavra política originalmente referia-se ao ofício de conduzir uma cidade, na Grécia Antiga vista como o Estado.

A relação existente entre os termos política e *pólis* não é apenas semântica. (WOLKMER, 2003). Para os gregos da antiguidade clássica, o convívio na *pólis* era o que tornava o homem cidadão e concedia-lhe uma vida digna ao conferir sentido e individualidade à existência humana. Segundo o mesmo autor, tal convívio não se resumia à simples vivência num aglomerado urbano, mas, acima de tudo, de ser integrante de um arranjo político e social limitado territorialmente, fazendo com que o indivíduo refletisse continuamente sobre si próprio como cidadão.

Assim como outras artes e ciências, a política alcançou um elevado grau de sofisticação entre os gregos. As diferentes formas de governo que as *pólis* gregas experienciaram no decorrer da história tornaram-se objeto de estudo, como ato de interrogação à esfera das organizações humanas. Este é um símbolo do pensamento grego: o uso da razão para compreender a relação do homem com o ambiente em que está inserido, como busca do tipo ideal de governo fundado no bem e na ética, que sirva como referência para a ação dos governantes (WOLKMER, 2003).

Nos primeiros diálogos de sua obra “A República”, Platão revelou preocupação em encontrar o caminho mais adequado para o governo da cidade (BATISTA; MUÑOZ, 2017). Segundo as autoras, ao iniciar um estudo sobre princípios teóricos que devem orientar a convivência dos homens e o bom governo, o filósofo estabeleceu a política

como ciência e este foi o início de um pensamento transmitido a toda geração de estudiosos que o sucederam.

Outra obra seminal no estudo da política é *O Príncipe*, de Maquiavel. Neste livro clássico, o autor busca oferecer um manual de como se governa uma cidade-estado. A obra é baseada na experiência do autor na atuação como oficial do governo e apresenta lições práticas de como lidar com a política e a disputa por poder nos assuntos governamentais (MAQUIAVEL, 2017).

O termo política se difundiu por influência da obra de Aristóteles, intitulada “Política”, considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, as funções, as divisões do Estado, e as diversas formas de governo (BOBBIO, 2000). De acordo com o autor, durante séculos o vocábulo foi preponderantemente usado para designar obras dedicadas ao estudo das atividades humanas de alguma forma relacionadas ao Estado. Na era moderna, o termo perdeu seu significado original sendo substituído gradativamente por outras expressões, como “ciência do Estado” e “ciência política”, até ser comumente empregado para indicar o conjunto de atividades que tem como termo de referência o Estado.

Dahl (1998, p.13) define um sistema político como “qualquer estrutura persistente de relações humanas que envolva controle, influência, poder ou autoridade, em medida significativa”. O autor explica que, a despeito de sua amplitude, esta definição sugere que grande parte das associações, que comumente não são consideradas políticas, como empresas, sindicatos, organizações religiosas, tribos primitivas e até mesmo famílias, possuem sistemas políticos.

O termo política evidencia o processo de tomada de decisões relacionadas às atividades públicas, em oposição a tomada de decisões particulares de cada indivíduo (BATISTA; MUÑOZ, 2017). Nesse sentido, Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) argumentam que a política deve ser entendida como ética de grupo, visto que seu objetivo é atender aos interesses coletivos, e não aos interesses e ações individuais.

Na visão de Casséte (2013), a política contemporânea possui função e valor específico: o de administrar e organizar as relações entre os cidadãos, sem que isso represente qualquer tipo de determinação sobre as demais esferas que integram a vida social. Nesse sentido, o papel da política é possibilitar que os diferentes grupos, associações, interesses e motivações possam coexistir pacificamente dentro de uma ordem social que preza pela liberdade individual e a igualdade de condições.

Para Deutsch (1983), política consiste no controle dos comportamentos humanos que são determinados pelos hábitos voluntários dos indivíduos somados às ameaças de coerção. Nesse sentido, a política resultaria da interação de hábitos de cooperação ajustados por ameaças que tendem a se tornar inconscientes com o decorrer do tempo. Na visão do mesmo autor, sem a presença de tais hábitos de cooperação as leis e o governo do modo como entendemos hoje não poderiam existir.

O conceito de política, entendida como forma de atividade ou ação humana, está diretamente relacionado ao conceito de poder (BOBBIO, 2000). Percepção semelhante é defendida por Ribeiro (2010) ao afirmar que a política, em todos os seus significados, refere-se ao exercício de alguma forma de poder e, conseqüentemente, às diversas implicações desse exercício.

Para identificar o elemento característico do poder político, Bobbio (2000) classifica as várias formas de poder com base nos meios pelos quais o sujeito ativo determina o comportamento do sujeito passivo. O autor distingue três grandes categorias de poder: o poder econômico, o poder ideológico e o poder político. O poder econômico é exercido quando a posse de certos bens, numa condição de escassez, induz aqueles que não os possuem a apresentar determinado comportamento, especialmente no desempenho de certos trabalhos. O poder ideológico ocorre pela influência que ideias elaboradas e difundidas por pessoas investidas de alguma autoridade exercem sobre o comportamento de outros. Por último, o poder político se caracteriza pela posse dos instrumentos por meio dos quais se exerce a força física, é o poder coator. Segundo o autor supracitado, essas três formas de poder sustentam uma sociedade desigual: (a) o poder econômico: que revela uma sociedade dividida entre ricos e pobres; (b) o poder ideológico: que mostra uma divisão entre sábios e ignorantes; (c) o poder político: que mostra uma sociedade dividida em fortes e fracos.

Segundo o mesmo autor, o poder está associado principalmente ao domínio da natureza e ao domínio de homens sobre outros homens. O poder político integra essa última categoria em que um indivíduo impõe ao outro a própria vontade, uma relação de poder que é manifestada de inúmeras formas, como entre governantes e governados, Estado e cidadãos.

Weber (2004) reitera que o conceito de política é extraordinariamente amplo e engloba todas as atividades diretivas autônomas. O mesmo autor (2004, p.59) define política como “a direção de um agrupamento político hoje denominado ‘Estado’ ou a influência que se exerce nesse sentido”. O Estado consiste numa relação de dominação

entre os indivíduos, apoiada no instrumento da violência legítima, e a política representa os esforços realizados com o objetivo de participar do poder ou influenciar a divisão do poder.

Nesse sentido, Machado (2012) corrobora ao afirmar que política é o ambiente institucionalizado da disputa pelo poder. No entanto, enfatiza que apesar de essa ser uma característica essencial, o conceito de política não se restringe a esse aspecto. Tampouco está reduzido à disputa pelo poder relacionado às atividades político-partidárias com a finalidade de ocupar cargos públicos, eletivos ou não, dos poderes legislativo e executivo. Para o autor, política é a ação direcionada a uma determinada categoria de finalidades: a sobrevivência, a evolução e o controle do destino da sociedade.

O homem vive num contexto naturalmente político, logo, a atividade política é intrínseca à sua existência (RIBEIRO, 2006). Para o autor, o processo político, a busca pelo governo justo, os esforços para conciliar os interesses individuais e os interesses coletivos são questões essenciais que envolvem todos os cidadãos, mesmo aqueles que se distanciam dos processos decisórios que integram a vida política de sua comunidade.

No entanto, apesar da reconhecida importância que as funções políticas apresentam para as sociedades, o termo política adquiriu uma conotação negativa em virtude, principalmente, da má gestão do setor público e das denúncias de corrupção envolvendo gestores públicos em diversos países (MEYER, 2011).

Lyra (2003) sustenta que a necessidade de reforma das instituições políticas tem sido debatida em todo o mundo devido a falta de habilidade que o Estado demonstra em interagir com uma sociedade cada vez mais complexa. Segundo o autor, o Estado é incapaz de responder às demandas cada vez maiores da sociedade (em decorrência do processo de democratização e emergência de uma sociedade civil que passou a se organizar e requerer seus direitos), deixando, portanto, de ser representante de boa governança em termos políticos e administrativos, visto que se mostrou incapaz de atender às demandas dos cidadãos.

O mesmo autor argumenta que uma sociedade apolítica não pode ser concebida, portanto, a neutralidade de um indivíduo é ilusória. Para ele, o ativismo político consciente representa a possibilidade de realização dos interesses de cada um. Nesse sentido, o empenho para a construção de uma sociedade justa é responsabilidade individual e responsabilidade coletiva, o que torna o homem, de certa forma, responsável por seu próprio destino.

Diante da complexidade da sociedade atual, considerando o fato de que o Estado-nação muito perdeu de sua soberania assim como a política perdeu a confiança dos cidadãos, percebe-se que mudanças precisam ser realizadas a fim de que o Estado possa retomar seu papel de mentor de políticas públicas (LYRA, 2003).

O mesmo autor destaca que esforços no sentido de solucionar estas questões têm surgido da sociedade civil e do terceiro setor. Como agentes protagonistas do desenvolvimento, diversas iniciativas promovidas por movimentos sociais de cidadãos estão surgindo em todo o mundo com o objetivo de participar da solução de problemas em temas pontuais, como políticos.

O papel-chave para o desenho e a preservação da ordem social deve ser ocupado pelos cidadãos e suas associações cívicas. De acordo com Pereira, Wilhelm e Sola (2001), no mundo institucional confuso em que vivemos, precisamos de julgamentos públicos informados e engajamento cívico deliberativo dos atores da sociedade civil.

Nesse sentido, Lyra (2003) argumenta que a uma sociedade apolítica não pode ser concebida, isto é, a neutralidade de um indivíduo é ilusória. Para o autor, o ativismo político consciente representa a possibilidade de realização dos interesses de cada um. Portanto, o empenho para a construção de uma sociedade justa é responsabilidade individual e responsabilidade coletiva, o que torna o homem, de certa forma, responsável por seu próprio destino.

Em sociedades com notória desigualdade social, como no caso brasileiro, é comum que muitos cidadãos não participem conscientemente do processo político (RIBEIRO, 2006). O indivíduo que, principalmente em virtude da ausência de educação formal, não desenvolveu uma consciência política é incapaz de escolher entre alternativas diversas e também de perceber tais alternativas, desse modo, se transforma em objeto de manobra do esquema dominante que conduz os processos políticos.

O interesse pela política precisa estar acompanhado de maior conhecimento acerca das instituições políticas, da atuação dos governantes e dos processos decisórios. É necessário compromisso com o desenvolvimento de uma consciência crítica e de uma cidadania informada, voltadas para uma participação mais ativa dos cidadãos nos processos políticos democráticos. Para Lyra (2003), somente com a discussão coletiva acerca das políticas e diretrizes a serem implementadas pelos governos é que poderá haver consenso sobre o interesse comum e, à medida que o poder decisório passa a ser dividido com os cidadãos, restabelecer a confiança nos processos políticos e aumentar a legitimidade do Estado.

2.3 DEMOCRACIA E TECNOLOGIA

A democracia tem sua origem na Grécia Antiga, mais precisamente na cidade de Atenas. Na história do pensamento político grego, de acordo com Bobbio (1998), o termo democracia designa uma forma de governo na qual o poder político é exercido pelo povo, pela maioria, em contraposição ao governo de uns poucos. Na perspectiva do autor, ainda que no decorrer dos séculos muitas discussões tenham ocorrido em torno da diversidade da democracia antiga e moderna, o significado descritivo geral do termo não se alterou. Para ele, na transição da democracia dos antigos à democracia dos modernos o titular do poder político, o povo, não foi alterado, mas sim o modo - mais ou menos amplo - de exercer esse direito.

Ainda segundo Bobbio (1998), a democracia antiga nasceu num contexto de governo de assembleia em que era possível a participação direta de todos os cidadãos em todas as decisões a eles pertinentes, isto é, sem entes intermediários entre o indivíduo e o Estado. Em contraposição à democracia antiga, a democracia moderna nascida como democracia representativa originou-se da convicção de que os representantes eleitos estariam em melhores condições que os cidadãos de analisar os interesses gerais da população.

Para Dahl (2005), democracia consiste num sistema político em que os cidadãos comuns exercem um grau relativamente alto de controle sobre os representantes eleitos. O autor aponta a responsividade constante do governo às reivindicações dos cidadãos, considerados politicamente iguais, como uma das características-chave da democracia. Para isso, indica três condições necessárias à democracia: que todos os cidadãos tenham oportunidade de desenvolver suas preferências; de expressá-las por meio da ação individual e coletiva; e de que essas sejam consideradas isonomicamente na conduta do governo, sem distinção de qualquer natureza.

Dentre as diversas correntes e definições de democracia, Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), destacam como características universais: 1) o órgão máximo com função legislativa deve ser formado por membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo; 2) junto ao órgão legislativo supremo deverão existir outras instituições compostas por dirigentes eleitos como órgãos da administração local ou chefe de Estado; 3) todos os cidadãos que atingirem a maioria devem ser eleitores; 4) todos os eleitores devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ter liberdade para votar de acordo com sua própria opinião; 6) também devem possuir alternativas - eleições de lista única ou bloqueada não

são democráticas; 7) tanto para eleições de representantes quanto para decisões do órgão político supremo deve ser observado o princípio da maioria numérica; 8) decisões tomadas pela maioria não podem limitar os direitos da minoria, especialmente o direito de tornar-se maioria, em igualdade de condições; 9) o órgão do Governo deve usufruir de confiança do Parlamento ou do chefe do poder executivo eleito pelo povo.

A democracia não é uma forma de organização política estática, mas é constituída e reconstituída pelos cidadãos conforme os recursos naturais, tecnológicos e políticos de que dispõem. Nesse sentido, Bianchi e Mancini (2016) destacam que a democracia é concebida segundo as características e possibilidades de cada sociedade, por isso, embora muitos países da América Latina tenham experimentado processos de democratização parecidos, seus modelos atuais refletem as particularidades de cada região.

Bobbio (2000, p.36) destaca que a democracia representativa consiste numa “forma de representação na qual o representante, sendo chamado a perseguir os interesses da nação, não pode estar sujeito a um mandato vinculado”. Nesse sentido, o autor destaca o desafio de realizar este princípio da democracia representativa numa sociedade formada por grupos com relativa autonomia que buscam a supremacia dos seus interesses sobre os interesses de outros grupos.

Zuccolotto e Teixeira (2015), ressaltam que o debate acerca da dificuldade de realização do princípio da representação política fez emergir diversas correntes de pensamento em oposição à democracia representativa, como a corrente elitista - que considera a democracia simplesmente eleitoral -, a nova esquerda e as correntes participativa e deliberativa - que rejeitam a representação por considerá-la uma usurpação. Contudo, os autores dessas correntes não indicaram soluções institucionais para impedir que na democracia representativa se estabeleça uma ditadura da maioria.

Santos (2002) reitera que na teoria democrática contemporânea a ideia de participação política manifesta-se nas obrigações políticas e direitos legais e constitucionais dos cidadãos com relação à eleição de governos representativos e a garantir o seu funcionamento democrático. Desse modo, a noção de participação concebida limita a atuação do cidadão à esfera institucional das eleições, partidos e grupos de pressão, resguardando aos governos eleitos os processos de tomada de decisão e alienando a capacidade de controle e influência dos eleitores sobre seus representantes.

Dentre as causas que colaboram para a crise democrática, Bianchi e Mancini (2016) destacam que ao mesmo tempo em que novas tecnologias permitem ao cidadão expressar suas ideias e participar de ações cívicas e políticas remotamente, o sistema

político restringe o papel do cidadão ao de um espectador de um jogo do qual ele é convidado a participar somente a cada dois anos. Para os autores, as sociedades e as tecnologias mudaram profundamente nos últimos séculos, principalmente após o surgimento da internet. Nesse sentido, o sistema político se mostra dessincronizado dos tempos da sociedade atual e impõe o desafio de suas instituições serem repensadas para se adequar aos valores e tecnologias dessa época.

Sob outra perspectiva, autores como Urbinati (2006) defendem a superioridade da democracia representativa frente à democracia direta. Para a autora, tal superioridade justifica-se em razão da democracia representativa elevar a qualidade das decisões e desenvolver as capacidades de debate e construção das demandas coletivas. Afirma, ainda, que a democracia participativa não se restringe à eleição, mas envolve também a participação dos cidadãos junto aos representantes na construção e controle de suas decisões.

De acordo com Zuccolotto e Teixeira (2015), é amplamente discutida a ideia de que as eleições são mecanismos insuficientes de manifestação da vontade popular; de responsividade e de representatividade dos gestores públicos. Aspectos como o peso excessivo do poder econômico e a corrupção associada ao financiamento de campanhas questionam os parlamentos como espaços de representação, bem como a qualidade das relações entre representantes e representados. Além disso, a diminuição do comparecimento dos eleitores às urnas identificado na maior parte das democracias revela a dificuldade dos partidos em representar opiniões, interesses e valores das sociedades atuais.

Santos (2002) reitera ao afirmar que atualmente as discussões políticas acerca da democracia são marcadas por questionamentos relacionados ao funcionamento e efetividade das instituições representativas existentes. Como solução para a chamada “crise da democracia”, o autor aponta a democracia participativa definida como um processo político e social destinado ao desenvolvimento de um novo sistema de governo capaz de dispersar o monopólio de poder detido pelo Estado em diferentes instituições autogovernadas, possibilitando maior participação e controle dos cidadãos envolvidos.

Ribeiro, Borba e Hansen (2016) relacionam as mudanças nos padrões de cidadania política à emergência de uma cidadania crítica originada principalmente pelo desencantamento com as instituições democráticas e pela propagação de novas formas de protesto e ação direta. Outro fator apontado pelos autores é a popularização da internet, acontecimento tecnológico que revolucionou a maneira com que os indivíduos se

comunicam ao derrubar barreiras de acesso à informação e acabar com o monopólio dos meios de comunicação em sua produção e disseminação.

Os mesmos autores diferenciam as abordagens seguidas pelos pesquisadores da área em ciberotimista, ciberpessimista e cibercéticos. Os ciberotimistas argumentam que a internet é capaz de romper algumas barreiras da participação e ampliar o debate político. A internet é vista como parte do espaço público possibilitando a participação e a inserção do cidadão nos processos deliberativos. Por outro lado, para os ciberpessimistas as novas tecnologias não teriam capacidade de transformar a sociedade e atuariam no sentido de ampliar as desigualdades sociais já existentes. Por fim, os cibercéticos defendem que a internet se adapta aos sistemas políticos e sociais existentes, sem criar novas estruturas ou modificar as existentes.

A tecnologia da informação apresenta um potencial revolucionário para viabilizar o aprendizado, a participação e deliberação de um grande número de cidadãos em questões sociais e políticas. Entretanto, devido ao número reduzido de experiências e conhecimentos acerca do tema, o maior desafio é encontrar os melhores meios de aplicar essas tecnologias para promover os debates políticos e sociais (MUHLBERGER, 2005).

Para Smith (2009), os avanços na tecnologia da comunicação favoreceram o surgimento de novas formas de interconexão e comunicação entre cidadãos no espaço global, representando o advento de uma nova era para a democracia. O autor aponta a informação como um recurso necessário para aumentar a transparência e a participação política bem informada, entretanto, destaca que alguns gestores públicos tendem a ver a internet como uma rede de publicação de informação unidirecional e, desse modo, não oferecem recursos para a manifestação e participação pública.

Na visão de Crespo (2018), o avanço tecnológico e a chegada da internet significaram o início da democracia digital com grande potencial para melhorar a troca de informações entre governos e cidadãos e para ampliar o debate e participação dos indivíduos na tomada de decisões políticas. Para o autor, a universalização da possibilidade de ser um emissor de mensagens que chegam a numerosos grupos por meio da internet causou a ruptura do arranjo tradicional de comunicação linear e sua substituição por um modelo circular em que cada indivíduo pode ser emissor e receptor ao mesmo tempo.

Com o intuito de ampliar e aprofundar a participação dos cidadãos nos sistemas políticos, diversas inovações democráticas estão surgindo. Para Santos (2002), tais inovações são experimentos de caráter institucional que possibilitam o diálogo e o

aperfeiçoamento do funcionamento das instituições representativas tradicionais. Segundo o autor, o propósito das novas políticas criadas por movimentos populares é tornar as instituições governamentais mais responsáveis, transparentes e participativas. Para ele, tais movimentos atuam na construção de novos espaços políticos desvinculados da estrutura do Estado que possibilitam aos cidadãos aumentarem sua consciência social e se mobilizarem para tomar decisões coletivas sobre questões que afetam diretamente suas vidas.

Almeida, Bautista e Addor (2017) enfatizam que a modernização nem sempre apresenta resultados concretos para os cidadãos, uma vez que os aparatos tecnológicos não são uma solução automática e o uso das potencialidades das ferramentas tecnológicas com o fim de aumentar a participação política ainda é incipiente. Nesse sentido, os autores ressaltam a importância de traçar objetivos e metas para motivar e mobilizar a sociedade, o setor privado e os departamentos governamentais no processo de inserção das tecnologias da informação e comunicação para, desse modo, estabelecer um novo formato de protagonismo dos atores sociais e redirecionar um governo mecânico para um sistema participante.

Segundo os autores, é evidente que as tecnologias da informação e comunicação representam um instrumento essencial para ampliar as alternativas de espaços participativos de tomada de decisão. No entanto, alertam que qualquer inovação tecnológica proposta nessa área não promoverá um aprofundamento democrático caso não seja acompanhada de um objetivo de fortalecimento da consciência cidadã em relação à importância da participação política. Para isso, é necessário reconstruir o vínculo entre o Estado, as organizações e sociedade civil que, historicamente, tem encontrado limitações e deficiências.

2.4 EMPREENDEDORISMO SOCIAL

O empreendedorismo social é uma nova forma de atuação que vem ganhando espaço na sociedade com a emergência de organizações do terceiro setor. De acordo com Dess (1998), o termo “entrepreneur” originou-se na França por volta do século XVII ou XVIII significando um indivíduo que empreende um projeto ou uma atividade específica. Segundo o autor, a autoria desse significado é atribuída à Jean Baptiste Say que definiu o empreendedor como aquele que movimenta recursos econômicos de uma área de baixa produtividade para uma de maior produtividade e rendimento.

Segundo o autor, posteriormente, no século XX, o economista mais associado ao empreendedorismo foi Joseph Schumpeter segundo o qual os empreendedores, denominados de empresários, são os agentes que provocam as mudanças na economia ao atenderem novos mercados, ou ao desenvolverem novas maneiras de fazer as coisas.

Entretanto, Dess (1998) ressalta que apesar de os empreendedores descritos por Say e Schumpeter exercerem a função de iniciar novos empreendimentos com fins lucrativos, essa não é a essência do empreendedorismo. Para o autor, ainda que a tradição Say-Schumpeter que define os empreendedores como os inovadores e catalizadores que impulsionam o progresso econômico tenha servido como base para muitas teorias, ao longo do tempo foram surgindo outras teorias do empreendedorismo que atribuem a este conceitos variados.

Baggio e Baggio (2014) corroboram com essa visão ao afirmar que o empreendedorismo geralmente é associado a um fenômeno individual de criação de empresas por meio do aproveitamento de uma oportunidade ou por necessidade de sobrevivência. No entanto, o empreendedorismo também é um fenômeno social em que indivíduos ou comunidades são levados a construir soluções para problemas coletivos gerando capital social e capital humano.

Empreendedorismo social é um conceito novo e, de certo modo, importado do ambiente corporativo (FISCHER; COMINI, 2012). Por essa razão, não há entre acadêmicos e profissionais um entendimento comum acerca de seu significado que pretende reunir dois tipos de atividades antes consideradas incompatíveis: as voltadas para a condução de negócios e aquelas voltadas para a redução de impactos sociais negativos. Para as autoras, o empreendedorismo social é uma modalidade de empreendedorismo que ao possibilitar a união da dimensão social e da econômica ampliou as possibilidades de atuação das organizações que deixaram de estar restritas a uma única dimensão e adquiriram a possibilidade de operar numa lógica de mercado e criar, simultaneamente, valor social.

Austin et al. (2006) distingue empreendedorismo corporativo e empreendedorismo social a partir de quatro aspectos: 1) falha de mercado: o empreendedorismo social preenche a lacuna deixada pelo empreendedorismo corporativo; 2) missão: a missão do empreendedorismo social é criar valor social, enquanto o empreendedorismo corporativo visa a geração de riqueza particular; 3) mobilização de recursos: o empreendedor social enfrenta mais dificuldades para obter recursos financeiros e humanos, pois suas ofertas são menos competitivas; e 4) medida

de desempenho: ao contrário do empreendedorismo corporativo que possui indicadores de desempenho bem definidos, o empreendedorismo social não possui medidas claramente quantificáveis.

Para Oliveira (2004), empreendedorismo social pode ser considerado uma arte e uma ciência. Uma arte porque possibilita ao empreendedor empregar suas habilidades, talentos, intuição e sensibilidade no desenvolvimento do processo do empreendedorismo social; e uma ciência porque faz uso de meios técnicos e científicos para estudar, planejar, elaborar e atuar efetivamente sobre e na realidade humana e social. Para o autor, o empreendedorismo funciona como um indutor de auto-organização social para o enfrentamento da pobreza e exclusão social por meio do estímulo da solidariedade, da emancipação social e do desenvolvimento humano.

Nesse sentido, o autor considera o empreendedorismo social uma tecnologia social visto que sua capacidade de inovação e de empreender novas estratégias de ação favorecem o desenvolvimento de outras ações causadoras de profundo impacto no processo de gestão social que deixa de ser assistencialista e mantenedor para se tornar empreendedor, transformador e emancipador. Ressalta ainda que o empreendedorismo social induz a auto-organização social à medida que exige a articulação e participação da sociedade para se estabelecer e apresentar resultados duradouros e de alto impacto.

Tiscoski, Rosolen e Comini (2013) afirmam que o empreendedorismo social surgiu como uma alternativa na construção de soluções para os problemas de ordem social e ambiental decorrentes do sistema econômico vigente. Esse modelo de organização social propõe um novo formato com o objetivo de atender a uma demanda da sociedade civil gerando, principalmente, valor social e ambiental, além do valor econômico.

Para Melo Neto e Froes (2001), a expressão empreendedorismo social propõe um novo paradigma de intervenção social a partir de uma nova visão da relação entre os vários atores e segmentos da sociedade. Os autores enfatizam que no processo de empreendedorismo social as relações fundamentam-se no modelo de parcerias, sendo necessário o redesenho das relações entre comunidade, governo e setor privado.

Sob outra perspectiva, Fischer e Comini (2012), afirmam que apesar da diversidade de significados associados ao empreendedorismo social, esse tipo de empresa exige um novo formato de gestão que assegure a maximização do retorno social, mantendo a rentabilidade financeira. Para as autoras é impossível reproduzir o modelo comercial tradicional das relações de mercado capitalistas e simplesmente agregar uma dimensão social, como ocorre nos departamentos de responsabilidade social corporativos.

Nesse novo formato é preciso pensar e agir de forma diferente, principalmente por meio de modelos de gestão flexíveis que garantam transparência e participação, possibilitando a cocriação das empresas e o cofinanciamento de capital de investimento, aumentando assim a capacidade de se tornarem autossustentáveis para que gerem resultados transformadores e duradouros.

Para Engelman et al. (2015), por meio do uso do marketing social, os empreendedores sociais buscam solucionar problemas e provocar mudanças sociais visando a construção de uma sociedade mais igualitária e o bem-estar de todos. Os autores ressaltam ainda que os valores do empreendedorismo social estão associados à benefícios coletivos e pessoais do empreendedor uma vez que tais atividades também contribuem para sua satisfação e felicidade.

Dess (1998) enfatiza que no empreendedorismo social, o principal objetivo estratégico não é a maximização da riqueza, considerada apenas um meio para atingir determinado fim, mas o valor social criado pela ação empreendida. Na visão do autor, obter receitas provenientes de alguma forma de produto ou serviço não é primordial para o empreendedorismo social, mas sim encontrar novas e melhores maneiras de criar e sustentar valor social.

O empreendedorismo social é um conceito abrangente que está associado à realização de atividades inovadoras com um objetivo social em diversos tipos de organização, podendo ser encontrado no setor privado, no terceiro setor e em organizações híbridas (TICOSKI; ROSOLEN; COMINI, 2013). Segundo as autoras, o empreendedorismo social fundamenta-se na criação de valor social e na inserção de metodologias, serviços e produtos inovadores que gerem transformação social.

Segundo Fischer e Comini (2012), a literatura apresenta três correntes principais de pensamento que explicam as empresas sociais. A perspectiva europeia, originada de uma tradição de economia social como associações e cooperativas, enfatiza as atividades de organizações da sociedade civil com funções públicas. Na visão norte-americana, empresas sociais são organizações do setor privado que atuam de acordo com a lógica de mercado, mas são voltadas a promover soluções para problemas sociais. A terceira corrente de pensamento, predominante nos países em desenvolvimento, evidencia as iniciativas de mercado com a finalidade de reduzir a pobreza e transformar as condições sociais de indivíduos marginalizados ou excluídos.

De acordo com os mesmos autores, há uma gama ampla e diversificada de organizações de diferentes tamanhos, que podem ou não fazer parte de cadeias de

produção, ocupando um espaço cada vez maior a fim de aumentar a vitalidade das relações econômicas e a participação das pessoas nas relações sociais e políticas.

Conforme exposto por Fischer e Comini (2012), há empreendimentos sociais que visam fornecer serviços básicos em áreas como educação e saúde para a população que não tem acesso a serviços públicos de qualidade e tampouco pode pagar os preços das ofertas do setor privado. Outros empreendimentos consistem em associações voltadas à produção econômica, gerando trabalho e renda para os indivíduos com dificuldade em acessar os mercados formais e de se integrar à sociedade. Há também empreendimentos sociais voltados ao meio ambiente, dedicados a atividades como conservação de recursos naturais, programas educacionais e certificações ambientais.

Engelman et al. (2015) argumenta que embora seja de grande interesse e relevância para a conjuntura nacional, o empreendedorismo social ainda encontra alguns desafios, em virtude de circunstâncias sociais, econômicas, políticas e, principalmente, culturais e ambientais. Dentre as barreiras que se impõem ao desenvolvimento do empreendedorismo social, os autores destacam o aspecto informacional de acesso à educação, construção e difusão do conhecimento acerca do tema. Como formas de sanar esses desafios enfatizam a necessidade da mudança de comportamento da população que deve ser mais participativa e engajada promovendo novas formas de inserção social.

Melo Neto & Fróes (2002) corroboram ao afirmar que para superar os desafios impostos ao empreendedorismo social, é necessário maior comprometimento público com a estruturação do setor, prática e legal, além de amparo aos trabalhadores. Depois, as principais demandas são a mudança do comportamento para engajamento e participação da população, incentivo à autossustentação e autogeração de renda e emprego, e o desenvolvimento de novas formas de inserção social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste estudo adotou-se uma abordagem qualitativa de pesquisa que possibilita a obtenção de dados mais aprofundados. Conforme exposto por Gray (2012), a pesquisa qualitativa é uma abordagem naturalista que busca compreender fenômenos dentro de seus contextos particulares. Para tanto, o pesquisador dispõe de diversos recursos e ferramentas de coleta de dados, incluindo as entrevistas semiestruturadas, os grupos focais, as observações e a análise de materiais, como documentos, fotografias e vídeos. Isso revela o caráter integrativo da pesquisa qualitativa.

Segundo o mesmo autor, este método de pesquisa pode ser utilizado para estudar fenômenos pouco conhecidos ou para obter novas perspectivas sobre temas bastante explorados. Ademais, os estudos qualitativos também podem ser usados para identificar conceitos ou variáveis que posteriormente poderão ser investigados quantitativamente.

Nesse sentido, esta pesquisa é classificada como qualitativa, pois o foco desta abordagem é a interpretação e a atribuição de significados aos fenômenos estudados (PRODANOV; FREITAS 2013). Além disso, a pesquisa qualitativa não requer a utilização de métodos e técnicas estatísticas, mas a coleta de dados no ambiente natural a serem analisados pelo pesquisador indutivamente.

Para a classificação de uma pesquisa, Vergara (2016) considera dois aspectos: quantos aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, esta pesquisa é exploratória e descritiva. Exploratória porque é realizada em áreas nas quais há pouco conhecimento sistematizado e, embora os temas democracia, tecnologia e participação política venham sendo bastante discutidos nos últimos anos, não foram encontrados estudos que abordem o impacto da tecnologia na participação política na América Latina com a perspectiva desta pesquisa. Descritiva porque visa descrever como a tecnologia está sendo utilizada para contribuir com a democracia e a participação popular, bem como descrever as percepções dos entrevistados acerca dos referidos tópicos.

Quanto aos meios, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e como um estudo de caso do tipo multicaso. Para o estudo de caso foram escolhidas organizações que atuam na promoção da democracia na América Latina utilizando-se da tecnologia da informação. O estudo concentrou-se no caso de 6 organizações que foram escolhidas devido ao reconhecimento de suas atividades. Entretanto, devido a amplitude dos temas pesquisados, a pesquisa revelou também o caso de outras organizações bem sucedidas.

Este estudo baseou-se em dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos a partir de entrevistas semi-estruturadas. Já os dados secundários foram obtidos em consultas a sites na internet, livros, notícias veiculadas na imprensa e documentos internos das organizações.

A escolha da entrevista como forma de coleta de dados ocorreu porque essa abordagem “fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivação, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (BAUER; GASKELL, 2002, p.65).

As entrevistas semi-estruturadas permitem ao pesquisador explorar com maior profundidade as perspectivas e experiências dos entrevistados (GRAY, 2012). Isto porque o roteiro de entrevista não é padronizado, tem apenas o propósito de orientar o entrevistador na condução do processo, concedendo liberdade para que ele possa alterar o roteiro e desse modo obter respostas mais aprofundadas dos entrevistados (FLICK, 2013).

Neste estudo foram realizadas 13 entrevistas, cujos participantes estão discriminados no Quadro 1, sobre o uso da tecnologia no aprimoramento da democracia e da participação popular. A escolha dos entrevistados se deu em função de seu notório conhecimento sobre os assuntos pesquisados, assim como experiência profissional na área. Dentre os entrevistados estão integrantes e dirigentes das organizações pesquisadas, políticos e especialistas nos temas estudados.

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados

ENTREVISTADO	NOME	IDADE	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	PAÍS
Entrevistado 1	Francisco Gil Castelo Branco	65 anos	Economia	Secretário-Geral do Contas Abertas	Brasil
Entrevistado 2	Marcelo Machado	57 anos	Arquitetura e Urbanismo	Funcionário público do GNova	Brasil
Entrevistado 3	José Antônio Gomes de Pinho	69 anos	Engenharia	Professor aposentado	Brasil
Entrevistada 4	Florencia Caffarone	28 anos	Economia	Coordenadora de Projetos no Democracia em Red	Argentina
Entrevistado 5	Nicolás Díaz	33 anos	Ciência Política	Diretor Executivo do Seamos	Colômbia
Entrevistado 6	André Tamura	31 anos	Administração Pública	Diretor Executivo da WeGov	Brasil
Entrevistada 7	Alma Rangel	27 anos	Relações Internacionais	Diretora de Operações da Codeando México	México
Entrevistado 8	Javier Leon Herrera	53 anos	Jornalismo	Escritor e Comunicador	Colômbia
Entrevistado 9	Cleiton Fossá	39 anos	Direito	Vereador	Brasil
Entrevistado 10	Humberto Laudares	38 anos	Administração de Empresas	Membro do Movimento Agora e Pré-Candidato a Deputado Federal	Brasil
Entrevistado 11	Pedro de Assis Silvestre	30 anos	Administração Pública	Vereador	Brasil
Entrevistada 12	Desirée Yépez	28 anos	Jornalismo	Editora do Ecuador Chequea	Equador
Entrevistado 13	Gabriel Marmentini	25 anos	Administração Pública	Diretor de Marketing do Politize	Brasil

Fonte: Elaborado pela autora

As entrevistas foram realizadas no período de março a junho de 2018. Em virtude da limitação geográfica existente, uma vez que a maioria dos entrevistados estão localizados em outras cidades e países, 10 entrevistas foram realizadas por telefone, 2 por e-mail e 1 de forma presencial. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. As entrevistas com os estrangeiros foram conduzidas em língua inglesa e espanhola, e foram traduzidas pela pesquisadora.

Foram contatados, via e-mail e redes sociais, agentes políticos e empreendedores sociais em cerca de 15 países da América Latina. No entanto, apesar da receptividade inicial, muitos não responderam as solicitações de entrevista. Portanto, não foi possível atingir um número maior de entrevistados em diferentes países em virtude da limitação de tempo para insistir e aguardar a disponibilidade dos entrevistados.

A análise de dados ocorreu com o uso da ferramenta de análise de conteúdo que prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados — a inferência e a interpretação (BARDIN, 2010). Na etapa de análise confrontou-se os dados primários, os dados secundários e o referencial teórico com o objetivo de se ter uma análise sólida.

4 DESCRIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ESTUDADAS

Nesta seção serão descritas 6 organizações que serviram de objeto de estudo para o trabalho. Todas são organizações que atuam de forma a integrar os conceitos de democracia e participação popular com o uso da tecnologia da informação. As organizações estudadas estão localizadas no Brasil, Colômbia, Chile e Equador.

4.1 CONTAS ABERTAS

A Contas Abertas é uma associação de atuação nacional, sem fins econômicos, formada por pessoas físicas e jurídicas para colaborar com o controle social dos orçamentos públicos (CONTAS ABERTAS, 2018). De acordo com Francisco Gil Castello Branco, um dos fundadores da associação, a organização foi fundada no dia 9 de dezembro de 2005 por se tratar do Dia Internacional de Combate à Corrupção. Segundo o entrevistado, suas experiências nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento o motivaram a construir uma entidade que pudesse traduzir informações complexas, com linguagem orçamentária, para o cidadão comum (ENTREVISTADO 1).

A organização visa a defesa do interesse público ao contribuir com o desenvolvimento, aprimoramento, fiscalização, acompanhamento e divulgação das execuções orçamentária, financeira e contábil da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, propagando os princípios da administração pública previstos na Constituição Federal de 1988: da publicidade, eficiência, moralidade, impessoalidade e legalidade (CONTAS ABERTAS, 2018).

Por meio de suas atividades, a associação busca fomentar a transparência, o acesso à informação e o controle social; incentivar o aperfeiçoamento da qualidade, da prioridade e da legalidade dos gastos públicos; estimular a participação do cidadão na elaboração e no acompanhamento dos orçamentos públicos; promover a fiscalização das contas públicas; e estimular a cidadania participativa, sobretudo a relação entre governo e sociedade (CONTAS ABERTAS, 2018).

Segundo o entrevistado 1, atualmente a associação possui três vertentes de trabalho. A primeira consiste numa miniredação que produz diariamente notícias sobre orçamento para serem publicadas na página do Facebook da associação. O objetivo é apresentar informações sobre os orçamentos públicos de forma mais didática para facilitar a compreensão do leitor, como explicado pelo entrevistado:

[...] a notícia de hoje, por exemplo, é sobre quanto o governo federal gastou com energia elétrica. Essas são informações que a gente procura transmitir para o cidadão para que ele entenda um pouco o orçamento porque você falando em gasto com energia elétrica é uma despesa que o cidadão tem na sua casa, no seu apartamento, no barraco na favela. Ele tem essa despesa, então ele começa a entender um pouco de contas públicas dessa maneira (ENTREVISTADO 1).

A segunda vertente de trabalho citada pelo entrevistado é a capacitação – a realização de cursos e treinamentos na área de finanças públicas em universidades, entidades empresariais, institutos e fundações (CONTAS ABERTAS, 2018). Aqui, o entrevistado destaca a importância de capacitar profissionais e estudantes de jornalismo para que entendam o orçamento público e sejam capazes de transformar essas informações em conhecimento e boas pautas para serem veiculadas ao cidadão:

As políticas públicas estão no orçamento, se não estiver no orçamento não são executadas. [...] então nós procuramos atingir o jornalista por esse efeito multiplicador que ele possui. Eu acho que é muito importante o cidadão conhecer um pouco do orçamento até para que ele possa acompanhar a política pública porque senão ele fica acompanhando sem muitas informações (ENTREVISTADO 1).

A última vertente apontada pelo entrevistado é a realização de estudos sobre os gastos públicos a partir da mineração e análise de dados oficiais, oferecendo diagnósticos e traçando cenários sobre as políticas públicas. Esses trabalhos, somados às doações, fornecem os recursos necessários para que a associação continue desenvolvendo suas atividades (ENTREVISTADO 1).

Conforme seu estatuto, a Contas Abertas não recebe recursos públicos, tampouco de pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelo poder público, sendo seus recursos provenientes de doações e da prestação de serviços à entidades de classe, empresas, veículos de comunicação etc. Os resultados financeiros da associação são integralmente revertidos em favor de seus objetivos sociais, isto é, não há distribuição de quaisquer vantagens pecuniárias ou parcelas de patrimônio aos seus sócios e membros (CONTAS ABERTAS, 2018).

Na visão do entrevistado, a importância da política é incontestável, mas ele destaca que as pessoas que trabalham na associação não possuem filiação partidária, pois preferem ter “absoluta isenção política e continuar fazendo esse trabalho de procurar mostrar que o cidadão pode muito mais do que ele próprio imagina”. Ressalta ainda que a Contas Abertas foi pioneira nesse processo de controle social da gestão pública, inspirou a criação de muitas entidades e hoje seu trabalho também é “tentar multiplicar aquilo que

a gente começou a fazer no governo federal, e que eu acho que vai ficar cada vez mais importante para os estados e, sobretudo, para os municípios (ENTREVISTADO 1).

4.2 SEAMOS: DEMOCRACIA DIGITAL

O Seamos foi criado em 2016 por um grupo de jovens colombianos movidos pelo desejo de converter em ação a indignação de um país convulsionado pela guerra e invadido pela corrupção. A proposta de seus fundadores é trazer a transformação digital que revolucionou a indústria, a economia e as telecomunicações para a política, mudando a maneira de fazer política e o modo como os políticos se comunicam com os cidadãos (SEAMOS, 2018).

Como parte de uma geração transformada por novas tecnologias e convencidos de seu potencial para transformar o exercício político, o grupo desenvolveu uma plataforma virtual com propósito de devolver o poder à quem ele realmente pertence: ao cidadão. O objetivo é fazer com que o cidadão recupere a confiança na democracia representativa, incentivando-o a participar mais ativamente da tomada de decisões na esfera pública e construindo governos mais transparentes, dinâmicos, consistentes e próximos ao cidadão (SEAMOS, 2018).

O que nós estamos propondo para o sistema representativo é que as pessoas que estão lá nos representando sejam, é claro, muito mais responsáveis perante o cidadão e muito mais horizontais na elaboração de estratégias para construir instituições, leis, sistemas participativos e partidos políticos (ENTREVISTADO 5).

O primeiro projeto do Seamos, intitulado “El poder está en tus manos”, permite que o cidadão conheça os debates políticos e as propostas normativas apresentadas na Câmara Municipal de Bogotá e vote contra ou a favor. Os resultados da votação são considerados pelos vereadores membros do conselho da organização que se comprometem a respeitar e defender as decisões dos eleitores (SEAMOS, 2018).

Se abrir a página do “El poder está en tus manos” você pode ver todas as propostas dos membros do conselho, eles decidem essas propostas com os cidadãos. Por exemplo, se eles não sabem como votar alguma proposta que está em discussão na câmara municipal, eles abrem a votação para os cidadãos e votam conforme os cidadãos votaram na plataforma. Nós engajamos 1/3 dos membros da câmara municipal com essa estratégia. Eles também podem adotar propostas de organizações locais, colocar essas considerações na agenda da câmara municipal e votar (ENTREVISTADO 5).

O conselho do Seamos atualmente é composto por dezesseis vereadores de diferentes partidos políticos da Colômbia. Para integrar o conselho, cada vereador assina um manifesto em que se compromete a colocar suas propostas na plataforma, respeitar a decisão dos cidadãos, informar o andamento e o resultado final das propostas (SEAMOS, 2018).

Neste ano em que ocorrem eleições presidenciais no país, a organização também está empenhada na realização do projeto “*Si fuera presidente*” em que o cidadão cria uma petição, como uma política pública, que possa ser incorporada aos programas de governo dos candidatos à presidência que se comprometerem com o projeto. Segundo o diretor executivo do Seamos, três dos cinco candidatos colombianos estão comprometidos com o projeto que já recebeu mais de cem petições diferentes e mais de cem mil assinaturas de apoiadores (ENTREVISTADO 5).

O que nós estamos fazendo com essa plataforma é criar suporte local para as petições dos cidadãos e para os candidatos verem as demandas das pessoas em diferentes áreas, como energia sustentável, meio ambiente, direitos das mulheres, e colocar isso no programa de governo. Essa é uma maneira de engajar cidadãos e formar grupos de interesse em torno de tópicos específicos que geralmente não estão sendo discutidos na agenda política apesar de sua importância para a sociedade (ENTREVISTADO 5).

Ao criar e disponibilizar essas ferramentas de participação cidadã, a organização espera colaborar com o aperfeiçoamento do sistema de representação democrático ao aproximar os cidadãos e os políticos e resgatar a confiança da população em ver seus anseios defendidos pelos representantes eleitos (ENTREVISTADO 5).

4.3 FUNDACIÓN CIUDADANO INTELIGENTE

A Fundação Cidadão Inteligente foi fundada com o objetivo de fortalecer a democracia e reduzir a desigualdade na América Latina, promovendo a transparência e a participação cidadã por meio do uso inovador das tecnologias da informação. A partir da transparência, das tecnologias da informação e da participação coletiva, a organização pretende redistribuir o poder político e econômico, transferindo o poder de poucos para muito (CIUDADANO INTELIGENTE, 2018).

A organização atua com três objetivos: promover a transparência para estimular a formação de uma cultura de acesso à informação pública e reutilização de dados abertos; promover a prestação de contas, desenvolvendo mecanismos mais efetivos para assegurar

que os interesses coletivos sejam privilegiados sobre os interesses individuais; e promover ações coletivas para fortalecer a participação cidadã, consolidando democracias mais representativas e deliberativas (CIUDADANO INTELIGENTE, 2018).

As atividades da fundação estão distribuídas em três áreas: no Laboratório desenvolvem tecnologias de código aberto com o objetivo de promover a transparência e a participação cívica na América Latina; na Incidência trabalham para promover e influenciar as políticas de transparência, fortalecer e ampliar o direito de acesso à informação pública, incentivar e fortalecer a participação cidadã e aumentar a responsividade dos governos latino-americanos; e em Comunidades e Redes atuam no sentido de desenvolver redes que conectam cidadãos, ONGs, hackers, setor público e qualquer organização que compartilhe a visão de encontrar soluções tecnológicas para fortalecer a democracia por meio da transparência, participação e da tecnologia (CIUDADANO INTELIGENTE, 2018).

Atualmente a organização possui onze projetos ativos em diferentes áreas. O Vota Inteligente é uma plataforma que visa possibilitar ao cidadão sugerir propostas para os candidatos à presidência ou ao parlamento do Chile. Na página do projeto qualquer pessoa, organização ou grupo pode construir sua proposta abordando os problemas que desejar, e após sua publicação qualquer pessoa pode conhecer e apoiar a proposta. A equipe do Ciudadano Inteligente é responsável por enviar as propostas recebidas para todos os candidatos à presidência e ao parlamento para que eles possam na mesma plataforma se comprometer a realizá-las caso sejam eleitos (CIUDADANO INTELIGENTE, 2018).

O LabCívico é outro projeto que consiste numa metodologia desenvolvida pela fundação para realizar um planejamento colaborativo estratégico para alcançar mudanças sociais. Por meio de oficinas presenciais, o projeto auxilia os grupos a desenvolverem planos de advocacy, trabalhar a partir de colaboração interdisciplinar e usufruir de ferramentas tecnológicas para alcançar a mudança pretendida. Até o momento, a fundação já desenvolveu LabCívicos em onze países da América Latina, inclusive no Brasil (CIUDADANO INTELIGENTE, 2018).

Outro projeto da fundação é o Del Dicho al Hecho, um estudo que avalia o cumprimento das promessas realizadas pelo presidente em seu plano de governo e nos discursos de sua campanha presidencial. O objetivo do projeto é fornecer aos cidadãos informações claras sobre o trabalho de seu governante, fortalecendo sua capacidade de controle e supervisão da administração pública (CIUDADANO INTELIGENTE, 2018).

4.4 LABORATÓRIO HACKER

O LabHacker é um espaço para promover o desenvolvimento colaborativo de projetos inovadores em cidadania relacionados ao Poder Legislativo. Criado pela Resolução 49, de 2013, este laboratório dentro da Câmara dos Deputados tem o objetivo de articular uma rede entre parlamentares, hackers e sociedade civil que contribua para a cultura da transparência e da participação social por meio da gestão de dados públicos (LABHACKER, 2018).

O laboratório atua em colaboração com uma rede de desenvolvedores e de ativistas cívicos para aperfeiçoar seus projetos e ferramentas e para aumentar a participação cidadã e a transparência do legislativo brasileiro. O trabalho colaborativo consiste no planejamento inicial das atividades; na troca de informações e conhecimentos; e na facilitação de processos para ampliar a transparência e a participação (LABHACKER, 2018).

Além de estimular o desenvolvimento de aplicações digitais que permitam a visualização mais intuitiva e simplificada das informações legislativas, o LabHacker promove atividades como maratonas hackers, hackdays sobre temas inovadores, além de oficinas de criação e discussão com especialistas, parlamentares e estudantes interessados em tecnologia (LABHACKER, 2018).

O laboratório também é responsável pela gestão do portal e-Democracia, uma plataforma de participação que amplia a transparência da atividade legislativa e a interação entre os parlamentares e a sociedade. Em 2016, o portal foi citado como referência de plataforma digital em relatório da União Interparlamentar, organização que promove a cooperação entre parlamentos de todo o mundo (SANTOS, 2016).

O cidadão cadastrado no portal e-Democracia pode participar de debates, enviar sugestões, sugerir novas discussões sobre um determinado assunto e fazer questionamentos aos deputados durante audiências públicas transmitidas ao vivo pela internet. As considerações realizadas pelos internautas são avaliadas pelos deputados, geralmente o relator de um projeto de lei, que determinarão se elas serão ou não incorporadas ao texto em análise (SANTOS, 2016).

Em dezembro de 2014, o código-fonte do portal e-Democracia foi totalmente liberado, permitindo que outras instituições, como assembleias legislativas e câmaras de vereadores, desenvolvam soluções similares, formem redes de colaboração e aperfeiçoem a ferramenta (SANTOS, 2016).

O e-Democracia também inclui o Wikilegis, uma ferramenta de edição colaborativa de projetos de lei que permite ao usuário sugerir mudanças nos artigos. Por meio da ferramenta, é possível participar de debates, curtir comentários e responder às sugestões realizadas por outros cidadãos (SANTOS, 2016). O Wikilegis foi citado pela entrevistada 4 como o modelo que está inspirando a equipe do Democracia en Red no desenvolvimento de uma ferramenta similar que será implementada no parlamento argentino.

O Wikilegis é desenvolvido em código aberto e permite que os usuários com conhecimentos de programação contribuam com seu aperfeiçoamento. Para isso, o usuário precisa seguir os Termos de Uso do portal e-Democracia e realizar um cadastro com algumas informações pessoais. Para os deputados interessados em utilizar a ferramenta, o laboratório oferece treinamento mediante solicitação de um parlamentar (SANTOS, 2016).

4.5 ECUADOR CHEQUEA

O Ecuador Chequea surgiu de um projeto criado durante uma campanha eleitoral do Equador para analisar os discursos de candidatos à presidência do país, conforme apontado pela entrevistada 12. Após as eleições, a equipe decidiu continuar com as atividades ao perceber o potencial que o projeto apresentava para oferecer informações confiáveis à população (ENTREVISTADA 12).

Assim, a organização foi oficialmente fundada em 2016 com o objetivo de analisar a veracidade das declarações de políticos, líderes da sociedade civil, figuras públicas, meios de comunicação e outras instituições formadoras de opinião (ECUADOR CHEQUEA, 2018). Para isso, os jornalistas membros da equipe foram treinados pela equipe de uma outra organização, denominada Chequeado — organização argentina pioneira na verificação de discursos públicos na América Latina (ENTREVISTADA 12).

O Ecuador Chequea pertence à Fundación Andina para la Observación y el Estudio de Medios (Fundamedios), uma organização sem fins lucrativos que trabalha em defesa da liberdade de expressão e para garantir um jornalismo independente e de qualidade. Suas atividades são financiadas por doadores externos, sendo o Pan American Development Fund, o National Endowment for Democracy e o International Freedom of Expression Exchange os principais mantenedores.

A organização atua com a missão de fortalecer a democracia, aumentar a prestação de contas e incentivar a participação cidadã informada (ECUADOR CHEQUEA, 2018). Nesse sentido, a equipe composta por quatro jornalistas trabalha para promover o acesso à informação confiável, a abertura de dados e o debate público, conforme explicado pela entrevistada 12:

Então o que nós fazemos é oferecer informações mais acuradas e imparciais. Nós usamos fatos para isso, é algo que você pode comprovar. No caso das fake news nós também buscamos mostrar qual é a origem e o contexto por trás daquela notícia falsa que está circulando na internet. [...] O que nós pretendemos com isso é estimular um debate público baseado em dados e fatos, não em opiniões superficiais e manipuladas por interesses. [...] Nós trabalhamos para abrir os dados, analisamos e tentamos apresentar de uma forma mais fácil de ser entendida pelo cidadão para que ele tenha informações mais confiáveis e claras para avaliar as questões que envolvem a sociedade (ENTREVISTADA 12).

A metodologia utilizada pelo Ecuador Chequea para a verificação de discursos foi difundida pela organização argentina Chequeado para diversas iniciativas latino-americanas com o mesmo propósito, como a colombiana ColombiaCheck, a uruguaia UYCheck, e a brasileira Truco idealizada pela agência de jornalismo A Pública (ENTREVISTADA 12).

Todas as checagens seguem o mesmo roteiro. Primeiro são selecionadas afirmações que contenham dados, façam referência à leis ou à situações passíveis de serem verificadas e que tenham sido expressadas em documentos, meios de comunicação ou no âmbito público. Dentre as declarações que podem ser analisadas são selecionadas as mais relevantes para o debate público devido a representatividade da pessoa que as emitiu, ao tema mencionado e a repercussão na mídia (CHEQUEADO, 2018).

Uma vez que a declaração tenha sido selecionada, o autor da frase é contatado para que forneça a fonte da informação. Simultaneamente, fontes oficiais, alternativas e especialistas são consultados para corroborar e validar a análise. Após a verificação dos dados, um estudo é realizado para entender o contexto socioeconômico, histórico e cultural que envolve aquela informação e ajude a compreendê-la. Por fim, a informação é comparada com os dados apurados e classificada (CHEQUEADO, 2018).

A metodologia do Equador Chequea permite a classificação das informações analisadas em quatro categorias: (a) certo; (b) sim, mas...; (c) insustentável; e (d) falso. São classificadas como certas as informações totalmente precisas, que não omitem dados ou limitam a contextualização do assunto em discussão. Conforme explicado pela

entrevistada 12, na categoria “sim, mas...” estão as informações que são “parcialmente verdadeiras porque elas precisam de mais contextualização para que as pessoas possam avaliar o assunto”. Insustentáveis são as sentenças cujos “dados apresentados não têm fonte, você não tem certeza, não pode provar, então não pode aceitar uma afirmação que fica no ar”. Por último, as afirmações falsas são as que contêm informações que contradizem os dados, são argumentos falaciosos. Recentemente, a organização criou uma nova categoria para as notícias falsas veiculadas nas redes sociais intitulada de “falseta” – expressão coloquial usada no Equador, na língua espanhola, para indicar uma mentira (ENTREVISTADA 12).

Para estimular e melhorar o debate público a organização incentiva o público a participar ativamente na produção de seu conteúdo propondo verificações, contribuindo com dados e alertando sobre possíveis falhas ocorridas em cada processo de verificação. Sempre que uma verificação é considerada imprecisa por um cidadão, a análise é revisada e a versão corrigida é publicada (ENTREVISTADA 12).

4.6 POLITIZE

O Politize começou a ser idealizado em 2013, a partir da onda de manifestações ocorridas no país em junho daquele ano, com o propósito de descomplicar e promover a cultura política no país (ENTREVISTADO 13). Hoje a organização atua com a missão de “fortalecer a cultura política democrática no Brasil, levando educação política a qualquer pessoa, em qualquer lugar” (POLITIZE, 2018).

De acordo com o entrevistado 13, inicialmente a ideia era criar uma plataforma digital para oferecer gratuitamente conteúdo político e apartidário com um formato mais didático. Ao longo do tempo, com o fortalecimento da organização, outras ferramentas passaram a ser desenvolvidas para realizar seus objetivos, conforme explicado pelo entrevistado:

Lançamos o portal em 2015 e até metade de 2016 a gente tinha pouca visibilidade, poucos acessos, poucos recursos e uma equipe pequena. Foi um processo em que fomos entendendo qual seria nosso caminho. Aí ao longo do tempo o Politize foi explodindo, na época do impeachment, da Lava Jato, tudo isso que aconteceu foi um momento bom porque a gente tinha conteúdos esclarecedores, então o Politize cresceu e se fortaleceu muito rápido e em questão de um ano e meio a gente já era a principal plataforma em termos de resultado e conteúdo. [...] A partir de 2016 a gente se consolidou mesmo e aí começou a pensar outros caminhos que já estavam no nosso DNA desde o início, mas a gente não tinha braço para executar, como criar mais conteúdos

offline, fazer vídeos, entrevistas e trabalhar mais forte com o plenário (ENTREVISTADO 13).

Em 2017 o Politize contou com mais de 90 redatores e voluntários que colaboraram criando conteúdos para o portal. No ano em questão, mais de 5,8 milhões de usuários, localizados em 191 países, acessaram as publicações da organização que também possui um aplicativo para celular e um canal de vídeos no YouTube. Recentemente a organização criou três novos projetos: o Dicionário da Política, uma plataforma de cursos à distância e o Embaixadores Politize (POLITIZE, 2018).

O Dicionário da Política foi lançado em setembro de 2017 e atualmente reúne 270 conceitos relacionados à política, história e vida contemporânea. No mesmo ano, tiveram início os testes da plataforma de educação à distância por meio de um curso realizado por um grupo de usuários restrito. A plataforma foi lançada ao público em 2018 e oferece cursos de educação política compostos por vídeos e outros materiais de apoio, como infográficos, textos, jogos e desafios. Até o momento dois cursos estão disponíveis — “Eu eleitor? Escolhendo seus candidatos nas eleições 2018” e “Fiscalizando os vereadores do meu município” —, mas estão sendo produzidos outros quatro cursos relacionados à escolha de deputados, senadores, governadores e presidente (POLITIZE, 2018).

O programa Embaixadores Politize foi lançado em 2017 com o objetivo de formar jovens lideranças por todo o Brasil para contribuir com a educação política e a formação de cidadãos mais conscientes e capazes de exercer sua cidadania. Os embaixadores são voluntários selecionados anualmente considerando seu potencial de liderança, espírito cívico e motivação para contribuir com o fortalecimento da democracia em suas comunidades. Os embaixadores atuam em rede com a missão de desenvolver atividades variadas de educação política nas suas comunidades, escolas e universidades até as eleições visando o fortalecimento da cultura democrática, a conscientização da população e a participação política (POLITIZE, 2018).

A organização também vem trabalhando no projeto Escolas que pretende promover educação política por meio de métodos ativos de aprendizagem focados em estudantes do ensino fundamental (POLITIZE, 2018). Alguns objetivos do Politize com esse projeto foram relatados pelo entrevistado 13:

[...] a gente está pensando nele desde 2015, 2014, mas nunca deslanchou e agora a gente de fato está criando metodologias para a sala de aula, para testar com os professores. Então em 2019 a ideia é de já ter um produto mais claro de como o Politize trabalha com

escolas. [...] Numa visão de longo prazo, a gente quer que o Politize esteja em todas as escolas do Brasil, não a gente fisicamente, mas os nossos conteúdos. Queremos que o material didático que a gente crie, as metodologias estejam em todos os lugares para que os professores façam uso nas aulas e deixem as aulas mais interessantes. Não necessariamente a gente precisa criar uma disciplina de política porque isso envolve algo muito maior que nós mesmos, mas a gente pode criar uma rede forte de professores que queiram potencializar o estudo de sociologia, história, geografia e até em matemática a gente está encontrando caminhos (ENTREVISTADO 13).

No relatório anual de atividades de 2017, o Politize publicou alguns resultados de uma pesquisa realizada para entender o impacto das atividades da organização em seus usuários. Os resultados evidenciaram que para a maioria dos respondentes o Politize ajuda a entender como a política brasileira funciona, a entender o que está sendo noticiado pela mídia, a ser mais tolerante com opiniões divergentes, além de estimular o usuário a ter um papel mais ativo enquanto cidadão (POLITIZE, 2018).

5 DESCRIÇÃO DOS DADOS

5.1 DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA

Ainda que sob perspectivas diferentes, a democracia na América Latina foi avaliada de modo semelhante pelos entrevistados. As percepções convergiram principalmente em relação a dois aspectos: quanto à heterogeneidade do sistema democrático nos diferentes países latino-americanos e quanto à fragilidade de suas instituições.

O entrevistado 3 destacou que as especificidades verificadas em cada país impactam diretamente nas características dos modelos democráticos adotados por eles. Além disso, afirmou que a democracia está em processo de construção permanente: *“ela nunca está acabada porque novas demandas são colocadas, novas exigências, pressões e crises emergem”*.

Ao avaliar o contexto brasileiro, o entrevistado supracitado afirmou que nos últimos 100 anos o país vivenciou dois períodos ditatoriais com breves intervalos democráticos. Nesse sentido, o país está atualmente no estado democrático mais longo de sua história, razão pela qual *“temos até que celebrar que já temos trinta e poucos anos de democracia”*. Apesar do otimismo, o pesquisador ponderou:

Agora, é uma democracia que ainda fica a dever. Se a gente pegar pelos padrões ocidentais dos países mais desenvolvidos, ainda é uma ponta que tem que ser regada constantemente porque também temos uma tradição autoritária que vem da escravidão, vem de forças conservadoras que mesmo no século XX chegaram ao poder. Com tudo o que a gente está assistindo no Brasil nos últimos anos, a gente vê como ainda estamos longe do que a gente imagina ser uma democracia plena (ENTREVISTADO 3).

Na ótica do entrevistado 13, o Brasil e os demais países da América Latina passaram por um processo muito parecido de construção de suas democracias, por essa razão os países têm culturas e problemas similares. Para ele, a democracia brasileira ainda é uma democracia jovem, a constituição cidadã tem apenas 30 anos, e está num processo de amadurecimento. Desse modo, parte de nossa insatisfação *“é reflexo da gente não saber viver em uma democracia, ainda estamos construindo isso diariamente, então é um processo novo para o brasileiro”*.

Para o entrevistado 1, atualmente os regimes democráticos estão consolidados na maioria dos países latino-americanos. Entretanto, o entrevistado destacou que alguns países, como Bolívia e Venezuela, apresentam cenários políticos extremamente delicados que ameaçam a democracia ou dão indícios de que um regime ditatorial esteja em curso.

Sob perspectiva semelhante, a entrevistada 12 apontou que há problemas nos sistemas democráticos de todos os países latino-americanos. No entanto, destacou que em alguns países a democracia ainda não é um modelo consolidado, o que pôde ser bem observado nos últimos anos em governos mais autoritários que cometeram abusos de poder e desrespeitaram direitos dos cidadãos. Além disso, outra ameaça à democracia apontada pela entrevistada são os “*governos que chegaram ao poder de uma maneira questionável, como no Brasil*”.

A despeito dos avanços ocorridos com o processo de redemocratização, o entrevistado 1 afirmou que as democracias latino-americanas ainda apresentam diversos problemas que dificultam o desenvolvimento de uma democracia plena. Tais problemas levaram a sociedade a desenvolver um profundo mal-estar político e ideológico não apenas na América Latina, mas em todo o mundo.

Visão semelhante apresentou a entrevistada 4 ao afirmar que a maioria dos países da América Latina possuem uma democracia consolidada, com liberdade de expressão, eleições livres e estado de direito garantido. Entretanto, em consonância com todos os entrevistados, destacou que há e sempre haverá muitos aspectos a serem melhorados nesse sistema político.

As democracias latino-americanas são bastante frágeis, descreveu o entrevistado 11, especialmente porque a população não compreende a importância de sua participação e o poder que possuem. Para ele, as democracias da região não são vivenciadas em sua plenitude, pois não correspondem aos anseios dos cidadãos e até mesmo no auge do sistema democrático, o voto nas eleições, a participação ocorre de forma obrigatória.

Na percepção do entrevistado 13, a democracia só se desenvolverá conforme evoluirmos enquanto cidadãos e superarmos os estereótipos da política, entendendo que ela é o caminho para o fortalecimento da nossa democracia que ainda é muito frágil. Para ele, a aceitação desse sistema político não é homogênea, pois muitas pessoas não estão seguras de que a democracia seja o melhor caminho, o que pode ser identificado no aumento do apoio à intervenção militar, por exemplo.

O entrevistado 5 afirmou que na América Latina, assim como na maior parte dos países ocidentais, foram adotados modelos de democracia representativa em que os

cidadãos, por meio de eleições competitivas, limpas e plurais, elegem indivíduos que consideram técnica e intelectualmente capacitados para analisar e representar seus interesses.

Na visão da entrevistada 12, a América Latina está passando por um período de mudanças complexas e a efetividade desse modelo de representação está sendo questionada. Após uma década em que governos de esquerda se espalharam pela região, a entrevistada acredita que agora a tendência é que governos com orientação política oposta sejam eleitos. Para ela, essa é uma reação da população que demonstra sua insatisfação com o modo como a política vem sendo conduzida nos países.

Apesar dos problemas que envolvem o modelo de representação democrática, o entrevistado 5 defendeu que a insatisfação da sociedade não é causada pelo modelo em si, mas pela forma inadequada que ele está sendo conduzido. Para o entrevistado, essa sensação geral de descontentamento favoreceu a emergência de uma crise da democracia, de legitimidade das instituições, de confiança e interesse do cidadão em participar da política:

Nós podemos ver que pesquisadores, jornalistas e acadêmicos estão todos dizendo que nossa democracia está em crise e quando olhamos para os políticos e os detentores de poder, vemos que estão usando seu poder para mudar as instituições e usá-las contra os outros. Isso claramente é um ataque ao sistema democrático, ao que nós construímos até agora como um sistema democrático (ENTREVISTADA 5).

Para o entrevistado 8, em muitos países a participação do cidadão na democracia representativa está restrita à eleição de representantes. Ainda assim, o entrevistado destacou que há problemas até mesmo nesse momento fundamental da democracia que deveria representar um exercício de liberdade absoluta do cidadão para assegurar a manifestação da vontade popular e a legitimidade da eleição. Para ele, muitas vezes os resultados do processo eleitoral não são legítimos, pois as escolhas dos cidadãos são condicionadas pelas desigualdades sociais e pelos interesses das oligarquias.

O entrevistado 5 reitera essa opinião ao afirmar que a qualidade da representação política está comprometida pela atuação de oligarquias que parecem pouco alinhadas com os interesses dos cidadãos, pouco abertas à participação da população no direcionamento das políticas públicas e imersas em esquemas de corrupção. Para o entrevistado, esses fatores provocam um aprofundamento da crise de representação e aumentam a descrença de que problemas históricos enfrentados pelos países sejam superados.

De acordo com o mesmo entrevistado, a crise de representatividade democrática pode ser identificada no desinteresse e afastamento dos cidadãos dos assuntos políticos, como descrito por ele no contexto colombiano:

Na Colômbia é diferente do Brasil, o voto nas eleições não é obrigatório, então nós estamos acompanhando as pessoas votarem cada vez menos. Aqui não há eleições em que mais de 60% dos cidadãos aptos tenham votado, acho que 55% foi a eleição com maior votação. Esse é um número expressivo porque significa que as pessoas que estão tomando as decisões não foram eleitas pela maioria da população. Podemos ver que muitas vezes as pessoas não sabem quem são os candidatos nas eleições locais, elas não sabem qual função eles têm e nem quem são as pessoas que estão representando seus interesses (ENTREVISTADO 5).

Apesar das diferenças entre os dois países, as percepções do entrevistado colombiano e da entrevistada mexicana são similares. Para ela, o sistema democrático do México apresenta-se bastante fragilizado por um intenso descontentamento social com os assuntos políticos - principalmente em decorrência da corrupção, da pobreza e da violência enfrentados pelo país -, e uma descrença por parte dos cidadãos de que esse cenário possa ser transformado.

No contexto brasileiro, o entrevistado 6 considerou que os governantes não estão representando os interesses da população, pois em sua visão a representatividade no Congresso Nacional do Brasil ocorre por nichos de interesse que muitas vezes não correspondem aos da maior parte dos cidadãos.

Essas bancadas refletem interesses muito particulares e não necessariamente os da maioria da população, ou o que seria melhor para o Brasil que é, a meu ver, o que seria mais democrático mesmo que alguns interesses fossem bastante prejudicados. Eu acho que não há uma representatividade democrática hoje no congresso nacional (ENTREVISTADO 6).

Embora o sistema democrático de cada país apresente especificidades, a entrevistada 12 relatou que a corrupção é uma característica comum a todos eles. Ao descrever a situação do Equador a entrevistada afirmou que o histórico de corrupção do país provocou uma descrença generalizada da população em seus líderes ao mesmo tempo em que os comportamentos corruptos parecem ter se alastrado por todas as esferas da sociedade.

Na visão do entrevistado 3, esse descontentamento originado pela falta de representatividade e pela desconexão entre as ações dos políticos e a vontade da maioria dos cidadãos não é um fenômeno recente, mas ganhou força a partir da onda de protestos ocorridos em 2013. Para ele, as consequências desse fenômeno podem ser observadas nas pesquisas eleitorais que apontam elevados índices de votos nulos e brancos:

Eu até peguei uns dados recentes das eleições presidenciais de 1989 para cá, depois da normalização democrática, [...] aí quando a gente vê o índice de abstenção de votos brancos e nulos eles são altíssimos, quando você soma tudo dá em torno de 25 a 30%. [...] Então esse é um indicador forte, quando você soma votos brancos, nulos e abstenções, que existe uma resistência em relação a participar do jogo político, e o que a democracia tem de mais constitutivo é o voto, o exercício do voto, a liberdade para o exercício do voto, eleições que não sejam corrompidas, que não sejam viciadas, em que não haja fraude, coisa comum na história brasileira principalmente na República Velha (ENTREVISTADO 3).

Para o entrevistado 10, outro problema que contribui para o agravamento da crise democrática é que as relações político-institucionais entre a sociedade e o poder público são intermediadas por partidos políticos pouco democráticos, pouco transparentes e que recebem grande quantidade de recursos financeiros para não apresentar desempenho satisfatório.

Em relação aos partidos políticos, o entrevistado 6 considerou que a obrigatoriedade da filiação partidária para se candidatar aos cargos públicos é uma restrição severa ao avanço da democracia representativa, pois dessa forma o indivíduo eleito acaba representando um partido político e não a população.

O entrevistado 3 destacou que os escândalos de corrupção revelados nos últimos anos fizeram aumentar o desprestígio dos partidos políticos perante o eleitor. Para ele, esse fenômeno resultou na multiplicação de cidadãos que não participam das eleições como forma de protesto, ou pelo descrédito que desenvolveram pela política e até mesmo por não encontrarem um candidato com plano de governo que atenda suas expectativas: “o que se coloca à nossa frente em termos de oferta de candidatos, de pensamentos, de ideologias, não atende muita gente do Brasil”.

Ao descrever a situação mexicana, a entrevistada 7 também criticou a atuação dos partidos políticos e de seus integrantes destacando que os políticos do país trocam de partido constantemente conforme os benefícios que podem angariar com a mudança. Para ela, esse processo além de permitir que os governantes ajam de maneira antiética com

amparo legal, impõe dificuldades para que o eleitor conheça as ideologias e prioridades defendidas por cada candidato para que possa fazer escolhas alinhadas com os seus interesses e necessidades mais prementes:

Os políticos mudam de partido o tempo todo, não há diferença entre direita e esquerda. Num momento estão num partido de direita e em outro num de esquerda, eles não têm nenhum compromisso com questões ideológicas. As pessoas não conseguem identificar as prioridades do plano de governo deles e também há muitas pessoas que não acompanham e não sabem a diferença entre o que a esquerda reivindica e o que a direita reivindica (ENTREVISTADA 7)

Para o entrevistado 10, a frustração e o descrédito adquirido pela política favorecem a polarização dos cidadãos em extremos ideológicos e o surgimento de regimes populistas que ameaçam a democracia. Para ele, no caso brasileiro houve uma intensificação desse fenômeno durante o processo de impeachment ocorrido no país em 2016.

O mesmo entrevistado destacou que essa polarização danosa para o debate político é uma das razões pelas quais participou da concepção de um movimento que visa superar esse debate atrasado de extremos ideológicos para discutir propostas e construir uma agenda de convergência para o país:

O movimento está atuando na construção de uma agenda a partir de muita pesquisa, de muita ação de escuta, de diálogo com a sociedade associado com a parte técnica, e a gente usa tecnologia para mobilização, para atrair mais pessoas, para marcar eventos, para marcar escutas. Isso é fundamental e mesmo na nossa agenda a gente tem uma parte de como a tecnologia afeta políticas públicas bastante ampla, então essa é uma prioridade, aproximar as pessoas da política e naturalmente da administração pública (ENTREVISTADO 10).

Com base nos depoimentos dos entrevistados, percebe-se que a democracia na América Latina é vista com cautela por todos eles. Apesar dos avanços ocorridos nos últimos anos, há muitos aspectos a serem consolidados. Tendo em vista todos os problemas que o sistema político apresenta atualmente, é consenso entre os entrevistados que o modelo de democracia representativa passa por um momento de reavaliação da forma com que é conduzido e dos resultados que gera.

5.2 PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A participação popular na administração pública foi considerada pequena por todos os entrevistados. Para alguns deles, os problemas percebidos nas instituições governamentais estão alertando parte dos cidadãos para a necessidade de maior engajamento e participação. Nesse sentido, há uma cobrança por uma nova configuração de administração pública com elementos que possibilitem a participação da cidadania nas decisões tomadas pelos entes públicos. Por outro lado, alguns entrevistados afirmaram que os problemas institucionais e o descrédito político afastam ainda mais o cidadão que não participa e não aspira participar efetivamente da administração pública.

O entrevistado 8 destacou que a maioria dos cidadãos considera a administração pública pouco efetiva e acreditam que suas atividades são permeadas por relações clientelistas, o que resulta num distanciamento e reduzida participação do cidadão nas atividades públicas:

O cidadão geralmente tem a percepção de que a administração pública não funciona bem, que é movida por favores, que realmente não há oportunidades iguais para todos os cidadãos e que em função das pessoas que conhece você pode ter mais ou menos facilidade para conseguir as coisas. Portanto, isso produz no cidadão uma sensação de preguiça ou apatia devido a essa percepção de que as coisas não funcionam bem na administração pública (ENTREVISTADO 8).

Na visão do entrevistado 11, para a população a participação soa como uma grande utopia associada a descrença na sua efetividade, visto que não há processos adequados, acessíveis e que realmente incentivem a participação, e nos raros processos que existem, como os orçamentos participativos, as decisões democráticas não são respeitadas pelos gestores públicos. O entrevistado enfatizou ainda que a participação popular é garantida pela Constituição:

A própria Constituição determina que todo poder vem do povo, e mais que isso, nas letras da carta magna ocorre a instituição da participação popular na elaboração das leis via coleta de assinaturas, e na prática, infelizmente, observamos que pouquíssimas propostas de leis foram feitas desta forma bottom-up (ENTREVISTADO 11).

Nesse sentido, para o entrevistado 13, a baixa participação na administração pública pode ser explicada por várias razões. Primeiro, falta estímulo para que o cidadão participe, bem como conhecimento sobre seu papel enquanto cidadão e as possibilidades para exercê-lo. Além disso, outra razão apontada pelo entrevistado é que o cidadão não vê os resultados da sua participação:

Eu vejo que a gente não tem um estímulo para participar da administração pública e que isso é construído já na nossa educação. A nossa base educacional, enquanto a gente estava na escola, em todos aqueles anos que a gente passa lá não temos essa vivência, então a gente cresce distante do que é ser um cidadão. [...] Então eu vejo que a participação, em primeiro lugar, é baixa por causa disso, porque falta uma base de educação para que a gente possa ser estimulado a participar. Em segundo é ver que participar é legal, ver o retorno disso. Para quem já participa, pessoas como eu por exemplo que me envolvo em vários ambientes, às vezes eu não sinto que a minha participação vale a pena porque não tem resultado. Às vezes eu vou num conselho municipal de saúde e eu vejo que o que eu falo lá não adianta nada porque as decisões já estão tomadas, então o cidadão não participa de fato, é só para cumprir a constituição (ENTREVISTADO 13).

Os entrevistados 8 e 10 destacaram que a participação do cidadão ocorre sobretudo no momento das eleições dos administradores públicos. Para eles, a participação popular nunca ocorreu de forma satisfatória porque conhecer os instrumentos disponíveis e ter consciência de sua importância não são suficientes para garantir a participação do cidadão, pois ela também é influenciada por outros fatores como a falta de tempo e a descrença no sistema político.

Na visão do entrevistado 2, a participação do cidadão na administração pública já foi maior do que é atualmente. Para ele, a abertura do governo determina a intensidade da interação do cidadão com a esfera pública, e como o nível de abertura se modifica com a alternância dos governantes a participação não é contínua. Por isso, poucas das novas formas de participação criadas são duradouras e a maioria é extinta.

O entrevistado supracitado afirmou ainda que há uma desqualificação daquilo que é público e demonstrou dúvidas quanto ao real interesse do cidadão em participar da administração pública:

Eu não sei se há um interesse muito grande em participar. Acho que a gente passa por um momento de desqualificação de tudo que é público. [...] o país tem um entendimento, grosso modo, de que o que é público não é de ninguém, ao invés de ser um bem coletivo. [...] A gente está vivendo há algum tempo um raciocínio de que o público é voltado para os pobres, de que os serviços públicos não são para o resto do país, mas só para os pobres, quando na verdade são para todos (ENTREVISTADO 2).

Para o entrevistado 5, a participação do cidadão ocorre de modo distinto em cada país, assim como nas diferentes regiões de um mesmo país, pois depende de fatores como o nível de transparência e abertura de cada governo e do comprometimento do cidadão

para exercer esse direito. Esse último estaria prejudicado pelo descrédito atribuído à administração pública e pela sensação que os cidadãos compartilham de não estarem sendo representados:

[...] no geral nós temos um sistema enorme e burocrático pelo qual, na minha opinião, nós pagamos um alto preço para as coisas não funcionarem. Você pode ver um diagnóstico de que os processos não estão funcionando, as instituições não estão funcionando, os interesses das pessoas não estão sendo defendidos e elas não estão se sentindo representadas. Isso acaba desestimulando a participação das pessoas (ENTREVISTADO 5).

Outro entrevistado, concordou que a participação popular ocorre de forma heterogênea nas diferentes regiões do Brasil. Para ele, no passado recente surgiram algumas iniciativas exitosas como os chamados orçamentos participativos, e atualmente as iniciativas estão concentradas na utilização dos meios digitais para viabilizar o acompanhamento e controle das ações dos governos pela população. Entretanto, o entrevistado explicou que essas iniciativas têm muitas restrições que limitam a participação do cidadão efetivamente:

São experiências que buscam trazer o cidadão para junto da administração pública, mas precisamos considerar que o grau de liberdade de qualquer administrador público é pequeno porque a maior parte dos recursos já vem de outras fontes, federal e estadual, carimbadas como a gente fala. Então o próprio orçamento participativo no final das contas decidia um orçamento quantitativo bastante restrito, mas de qualquer forma era um exercício de participação, de cidadania, de aprendizagem, então isso tem um saldo positivo (ENTREVISTADO 3).

Para o entrevistado 9, há uma soma de fatores, como a revelação de inúmeros casos de corrupção, a manipulação e a má gestão dos recursos públicos, que fizeram com que o cidadão deixasse de participar e acompanhar o que acontece na esfera pública. Para ele, a cidadania é exercida por meio da participação, e se não ocorre participação efetiva a democracia é enfraquecida:

A cidadania é exercida com a participação, ou seja, o povo tem exercido muito pouco sua cidadania e isso impacta, com certeza, na democracia. É necessário que a população volte a se envolver, pois somente assim vamos reverter a situação e fortalecer a nossa democracia. O povo precisa, de fato, participar, fiscalizar e exigir que os interesses comuns sejam priorizados e defendidos (ENTREVISTADO 9).

Por outro lado, o entrevistado 13 ressaltou que a participação não depende apenas do poder público, mas também do reconhecimento da importância e da disposição do cidadão para participar. Sobre esse assunto, o referido entrevistado citou o caso da cidade de Florianópolis:

[...] as oficinas do orçamento participativo que teve recentemente aqui eram sábado. Quem quer perder um sábado de praia para ir numa discussão de orçamento participativo? Então assim, também é um problema do cidadão, não é só a administração pública, não é só o governo abrir as portas, é o cidadão de fato querer participar e se colocar um pouco na vida pública, entendendo que é importante ele participar (ENTREVISTADO 13).

Na ótica do entrevistado 1, a participação do cidadão na administração pública ainda é muito pequena e precisa ser ampliada. Para ele, essa participação deve começar pelo acompanhamento e fiscalização da gestão pública da própria cidade em que o cidadão vive. Nesse sentido, o entrevistado destacou a importância do controle social municipal para combater a corrupção, por exemplo:

O corrupto não nasce deputado federal, ou senador, ou presidente da república. O corrupto nasce às vezes como vereador ou como prefeito. Se ali no município já for exercido um controle social você pode dificultar ou muitas vezes vai conseguir evitar que aquele corrupto faça carreira, como acontece no Brasil (ENTREVISTADO 1).

Tendo em vista a quantidade de iniciativas e organizações que estão sendo criadas por grupos de cidadãos para interagir, acompanhar e fiscalizar os governos, a entrevistada 4 considera que há uma tendência para maior participação popular na administração pública. Para ela, a população passou a exigir uma maior abertura do poder público para que possam exercer seu direito de manifestar suas opiniões e participar das discussões e decisões dos assuntos públicos.

Essa tendência também foi apontada pelo entrevistado 1. Para ele, no caso brasileiro houve um aumento da participação do cidadão especialmente após os escândalos de corrupção revelados nos últimos anos, como o Mensalão e o Petrolão. Na opinião do entrevistado, o legado positivo desses escândalos foi uma sociedade mais participativa e atenta às atividades públicas. Nesse sentido, a publicização de numerosos esquemas de corrupção na União, nos estados e municípios provocou uma reação de parte dos cidadãos e a multiplicação de organizações que se propõe a realizar um acompanhamento das contas públicas, como os observatórios sociais:

Depois desses escândalos foram criados observatórios sociais em diversas cidades brasileiras e hoje em dia existe o que nós chamamos de indivíduos não governamentais vigilantes da gestão que são pessoas físicas que, muitas vezes não tem por trás uma estrutura jurídica, mas de certa forma tem se dedicado a realizar essa fiscalização. Então eu acho que isso foi um fato positivo disso tudo que está acontecendo. É claro que essa massa crítica ainda é muito inferior àquela que nós desejaríamos, essa participação ainda é relativamente pequena, mas ela sem dúvida tem crescido (ENTREVISTADO 1).

O entrevistado 10 concorda que os escândalos de corrupção fizeram com que parte da população passasse a acompanhar com maior preocupação as ações da administração pública. Entretanto, para ele o desalinhamento entre as demandas da população e as ações dos governantes pode favorecer um afastamento ainda maior do cidadão dos assuntos públicos, ou a ascensão de indivíduos de viés messiânico e autoritário aos cargos da administração pública.

Além disso, o entrevistado 10 afirmou que a participação popular diminuta também é resultado da ausência ou insuficiência de ferramentas disponibilizadas pela administração pública para esse fim. Para ele, os governos ainda operam em formatos mecânicos e burocráticos que não atendem às demandas da sociedade atual.

Em seus depoimentos, os entrevistados indicaram que a participação popular na administração pública ainda é muito pequena por diversas razões. Para alguns entrevistados, falta comprometimento dos representantes políticos com a transparência, com os princípios democráticos e com o desenvolvimento de ferramentas que possibilitem a participação dos cidadãos. Outros citaram o fortalecimento da consciência cidadã como condição fundamental para que a população perceba a importância e a necessidade de seu engajamento nos assuntos públicos. É consenso entre os entrevistados que essa gama de problemas contribui para o déficit de participação política e dificultam o desenvolvimento de uma consciência coletiva acerca da importância da participação popular, da valorização das coisas públicas, das instituições e dos direitos e deveres dos cidadãos.

5.3 TECNOLOGIA, DEMOCRACIA E A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

Todos os entrevistados afirmaram acreditar que a tecnologia pode contribuir muito para aprimorar a democracia e a participação dos cidadãos. A tecnologia pode reduzir a distância existente entre a população e administração pública. No entanto, a maioria dos

entrevistados destacou que apesar de a tecnologia oferecer muitas possibilidades, ela não é a solução para os problemas políticos que enfrentamos.

Para a entrevistada 7, a tecnologia oferece muitas oportunidades de aprimoramento dos sistemas políticos, da administração pública e da qualidade de vida das pessoas em geral. No entanto, a entrevistada destacou que antes de tudo deve-se considerar que a tecnologia é neutra, isto é, a intenção de quem a utiliza é que determinará se seus resultados serão positivos ou negativos:

Por exemplo, aqui no México nós tivemos um caso de uma pessoa que criou uma petição online em que precisava de milhares de assinaturas e usando tecnologia ele falsificou parte delas para conseguir realizar o projeto dele. Essa é uma questão importante porque a tecnologia pode ser usada por pessoas com boas ou más intenções (ENTREVISTADA 7).

O entrevistado 8 corroborou com essa visão e destacou que a tecnologia pode ser utilizada, por exemplo, para manipular os resultados de eleições principalmente em alguns países latino-americanos em que a democracia está mais fragilizada em decorrência de governos com comportamentos autoritários:

[...] a tecnologia pode ser uma faca de dois gumes dependendo de como é utilizada. Podemos usar para o bem ou podemos usar para o mal. Se por um lado pode, por exemplo, facilitar o voto quando o cidadão simplesmente precisa fazer um click, e não depositar uma cédula, por outro pode manipular o sistema de votação (ENTREVISTADO 8).

No mesmo sentido, a entrevistada 12 afirmou que a tecnologia pode oferecer inúmeros benefícios se bem utilizada. Para ela, a principal vantagem da tecnologia para a democracia e a participação é a eliminação de barreiras geográficas e sociais, concedendo a todos a oportunidade de transmitir informações com longo alcance. Essa é uma vantagem importante, mas destacou que pessoas mal intencionadas, cientes do poder que as redes têm para nossa sociedade, podem utilizá-la para desinformar, gerar caos e manipular opiniões.

Para a entrevistada 4, não há dúvidas de que a tecnologia oferece muitas possibilidades para aprimorar a democracia e a participação dos cidadãos. Contudo, enfatizou que ela é só uma ferramenta e que há muitos outros aspectos não tecnológicos envolvidos na construção de uma democracia plena. Para ela, as grandes vantagens da

utilização da tecnologia são a escalabilidade que as ferramentas têm, permitindo alcançar pessoas que estão distantes geograficamente e com baixos custos de reprodução.

Aqui na Argentina, por exemplo, nós temos muitos problemas com desigualdade social, assim como na maioria dos países latino-americanos. Nós estamos na capital e parece que tudo acontece aqui, as decisões nacionais são tomadas aqui e tudo parece fácil para a gente, mas para pessoas e organizações de outros locais é muito difícil ter acesso ao que temos, chegar aqui, buscar as informações e voltar é realmente caro. Então com a tecnologia nós podemos tornar esse processo muito mais fácil e rápido. Com a tecnologia podemos escalar as nossas ferramentas e fazer muitas mais pessoas participarem e de forma mais barata (ENTREVISTADA 4).

Na visão da entrevistada 4, o mau desempenho das instituições públicas e dos políticos evidenciam uma gestão pública pouco efetiva, além de que os interesses dos cidadãos são sobrepostos por interesses individuais. Nesse sentido, a tecnologia pode ser usada para aprimorar o processo de participação, contribuir para que as pessoas se sintam melhor representadas e para que os governantes saibam quais são os interesses mais urgentes da população.

A tecnologia pode contribuir para essa solução, podemos aprimorar as ferramentas, o modo como as pessoas são convidadas a participar e, claro, a educação cívica é fundamental para tornar as pessoas interessadas em fazer parte das decisões e da política do seu país (ENTREVISTADA 4).

Para o entrevistado 5, a intenção é usar a tecnologia como ferramenta de participação e acompanhamento da administração pública, exigindo que os representantes sejam “muito mais responsáveis perante o cidadão e muito mais horizontais na elaboração de estratégias para construir instituições, leis, sistemas participativos e partidos políticos”.

Na visão do entrevistado 3, a participação do cidadão na administração pública depende da disposição do Estado para construir canais de participação, assim como do interesse e mobilização do cidadão para utilizar os instrumentos disponíveis. Na visão do entrevistado, em breve o indivíduo que não dominar o uso das tecnologias estará excluído da vida pública, mas alerta que:

[...] antes do cidadão digital falta o cidadão sem o adjetivo qualificativo digital, um cidadão que esteja disposto a participar. Há uma descrença grande com a política, uma decepção muito forte, mas é preciso uma mobilização mais constante e isso parece difícil de acontecer (ENTREVISTADO 3).

O entrevistado 1 destacou a importância da tecnologia para aumentar a transparência e permitir maior controle social dos gastos públicos. No caso brasileiro, o entrevistado destacou a importância de três leis que junto às ferramentas tecnológicas propiciaram a fiscalização das contas públicas principalmente por organizações não governamentais:

[...] a Lei de Responsabilidade Fiscal, do ano 2000, que já obrigou a divulgação de uma série de informações de forma regular por parte da União, dos estados e municípios; depois a Lei Complementar nº 131 que complementou a lei de responsabilidade fiscal criando a obrigatoriedade de todas as cidades brasileiras terem um portal de transparência; [...] e além dessas duas também temos que destacar a lei de acesso à informação. As duas primeiras estão ligadas a uma transparência ativa, quer dizer, o estado informa mesmo sem o cidadão solicitar, e a lei de acesso à informação é o que nós chamamos de transparência passiva porque já que a informação não está disponível o cidadão tem o direito de recorrer ao estado e buscar a informação que ele está demandando. O uso da tecnologia é essencial para todas elas, seria muito difícil se não tivéssemos essas ferramentas à nossa disposição (ENTREVISTADO 1).

Na visão do mesmo entrevistado, a difusão das políticas de dados abertos colaborou para o surgimento de diversas organizações para controle social dos governos pela população. Para ele, esse controle normalmente é realizado por organizações especializadas, pois nem sempre o cidadão é capaz de compreender a terminologia das informações disponíveis. Contudo, enfatizou que na medida do possível as informações devem ser claras para que o cidadão possa compreendê-las e destacou o surgimento de portais que buscam simplificar essa linguagem, como o Siga Brasil.

O entrevistado supracitado destacou ainda que deve haver uma preocupação com o nível de complexidade da tecnologia que se usa para interagir com o cidadão, pois em sua opinião quando o cidadão encontra dificuldades, ele facilmente desiste de utilizar a ferramenta. Além disso, o entrevistado enfatizou que existe uma dificuldade em transformar informações técnicas numa linguagem mais clara e acessível ao cidadão comum. Para ele, embora haja uma preocupação em melhorar a forma com que as informações são disponibilizadas, elas ainda estão “ *muito aquém do nível de compreensão médio do cidadão brasileiro* ”. Todavia, enfatiza que assim como o Estado deve colocar à disposição do cidadão a maior quantidade possível de informações, também deve incentivar o cidadão a utilizar essas informações e participar mais ativamente da administração pública. Nas palavras do entrevistado “*o ideal será quando*

tivermos um ótimo nível de informações disponibilizadas, mas também uma grande procura desses dados por parte dos cidadãos”.

Para além da transparência em relação aos gastos públicos, a entrevistada 4 destacou a importância da tecnologia para uma comunicação transparente em que os gestores públicos podem compartilhar com os cidadãos informações em tempo real que ficarão registradas para futuras consultas:

[...] no caso das consultas públicas, por exemplo, os representantes precisam compartilhar o que eles estão fazendo, no que estão trabalhando. Com a tecnologia as conversas não são só no gabinete, o que é dito em público tem um alcance muito grande e fica registrado, então depois eles não podem negar que tenham dito alguma coisa ou que não tinham conhecimento sobre o que o cidadão desejava. Você pode acompanhar todo o processo, assim você sabe o que é verdade e o que não é (ENTREVISTADA 4).

O entrevistado 2 afirmou que há muita potencialidade no uso da tecnologia para aprimorar a democracia e a participação popular, mas ressaltou que o governo apresenta dificuldades para se modernizar, pois está concentrado em realizar as atividades públicas essenciais:

[...] o governo oferece uma resposta lenta por estar despreparado para atender esse universo, inclusive por não ter muito tempo. Ele tem outras preocupações, ele tem que asfaltar rua, coletar lixo, tem que arrecadar, tem que pensar o que vai fazer primeiro e o que vai deixar para fazer depois (ENTREVISTADO 2).

Na visão do entrevistado 10, a tecnologia pode melhorar a democracia representativa de muitas formas, mas destaca que não acredita na viabilidade de se implementar uma democracia direta, como defendido por alguns entusiastas da tecnologia. Para ele, acreditar que uma democracia direta resolveria os problemas que enfrentamos atualmente na esfera política é um discurso fácil, mas falacioso. O entrevistado justifica essa posição explicando que as pessoas muitas vezes não têm o conhecimento necessário e nem dispõe de tempo para se dedicar às grandes questões envolvidas nas deliberações da esfera pública.

Para o mesmo entrevistado, é preciso debater como a tecnologia pode propiciar mais transparência, diálogo entre cidadãos e poder público, e formas de participação cidadã mantendo a responsabilidade fundamental do representante eleito. Para ele, o representante tem um papel essencial que envolve conhecimento técnico para avaliar os mais diversos assuntos e o compromisso com seus eleitores. Nesse sentido, enfatiza que

“a tecnologia pode ser usada de muitas maneiras para formar opinião pública, fazer consulta, entender o que as pessoas estão querendo, mas jamais para substituir a democracia representativa por algum tipo de democracia direta digitalizada”.

O entrevistado 9 declarou que a tecnologia proporciona os instrumentos necessários para envolver o cidadão com a democracia, tornando sua participação mais ativa nos processos de fiscalização e de tomada de decisões públicas. Afirmou ainda que é dever do agente público estimular a participação da população, e exemplificou com um projeto desenvolvido em seu mandato como vereador:

Nosso mandato desenvolveu o “Gabinete Virtual”, uma plataforma em nossa página na internet para que o cidadão possa acessar e fazer uma denúncia, sugerir um projeto de lei, apresentar algum tipo de demanda, e ainda baixar modelos de requerimentos para saúde e educação, por exemplo (ENTREVISTADO 9).

Por outro lado, alguns entrevistados destacaram que a tecnologia e suas ferramentas não resolverão todos os problemas de nossos sistemas políticos, mas todos concordaram que ela oferece múltiplas possibilidades para o aprimoramento da democracia.

Nesse sentido, o entrevistado 2 afirmou que *“existe uma compreensão de a tecnologia é uma panacéia, de que resolveria todos os problemas. Não é bem assim porque a administração pública não é uma coisa monolítica tão fácil de você alterar”.*

O entrevistado 11 apresentou opinião semelhante ao afirmar que a tecnologia é um meio, não a solução. Para ele, a solução está na educação política da população para que compreendam o funcionamento da administração pública do país. Nesse sentido, destacou que somente quando a população tiver um conhecimento maior sobre a gestão pública perceberá que as mudanças pelas quais anseia poderão se concretizar a partir de sua participação não apenas no momento das eleições, mas continuamente nos debates, na fiscalização e na construção de políticas públicas.

Ao ressaltar as limitações da tecnologia o entrevistado 6 destacou que *“está claro que a tecnologia pode nos levar a lugares em que ainda não estamos em termos de participação e até de captura da percepção social, mas ela não vai resolver todos os problemas”.* Da mesma forma, o entrevistado 5 apontou restrições e acrescentou que a utilização da tecnologia oferece *“oportunidades para criar um sistema mais inteligente, inovar e transformar nossas instituições e a nossa vida política”.*

A partir de sua experiência no setor público o entrevistado 2 destacou que nem sempre a tecnologia é necessária para inovar e solucionar problemas públicos citando um exemplo de seu trabalho em que o cidadão participa da construção da solução:

A gente também trabalhou com o SUS num momento em que havia uma perspectiva de fazer agendamento eletrônico de consultas, avaliação de serviço, essas coisas. Tem alguns municípios que usam aplicativo de celular para fazer marcação de consultas. Então a gente foi e perguntou para os gerentes dos postos do SUS de cidades pequenas, cidades médias e cidades grandes, acho que nove cidades, e acabou que a gente desmontou o processo de construção de uma solução tecnológica porque não atenderia os idosos, não era o gargalo de agendamento de consulta, não era isso que ia resolver o problema de falta de profissionais. Então a gente traz o cidadão, traz a voz do cidadão e a solução não é necessariamente tecnológica (ENTREVISTADO 2).

Na visão do entrevistado 3, a democracia tradicional está sendo transformada em democracia digital. Contudo, o pesquisador destacou que ainda há muitos outros aspectos a serem aprimorados que não envolvem o uso da tecnologia. Em seu entendimento, na sociedade digital os dois processos acontecerão simultaneamente:

[...] a democracia digital com o uso de todos os recursos digitais, das redes, dos aparelhos; e os parâmetros tradicionais da democracia: o voto, a participação, o debate, o questionamento. Então as duas coisas devem caminhar juntas, a democracia sem o adjetivo e a democracia digital (ENTREVISTADO 3).

Para o entrevistado supracitado, “a tecnologia vem para facilitar a vida das pessoas, para trazer ferramentas para que as pessoas possam participar, e no caso da administração pública aprimorar a vida democrática, ou facilitar a vida do cidadão, do contribuinte”. Entretanto, o pesquisador ressaltou a necessidade de combinar governos responsivos e cidadãos ativos no acompanhamento da administração pública:

Ela é positiva, mas acho que é ingenuidade achar que a tecnologia resolve tudo, que porque eu tenho tecnologia agora eu vou ter um mundo maravilhoso em que tudo vai funcionar. Um artigo que escrevi investigando portais de governo eletrônico no Brasil sintetiza esse debate: é muita tecnologia e pouca democracia. Os governos estão dispostos a mostrar o que efetivamente é importante? Ou prestam contas e expõe apenas os dados obrigatórios por lei? Então a tecnologia vem para auxiliar nesse processo, mas se você tem a tecnologia e não tem um cidadão imbuído de um espírito democrático, de um espírito que vai contestar e cobrar dos governos, e não tem

governos que sejam responsivos, a tecnologia não leva para lugar nenhum (ENTREVISTADO 3).

Por fim, o entrevistado 10 destacou a necessidade de avaliar como a tecnologia vai gerar participação real do cidadão. Segundo o entrevistado, o uso da tecnologia para promover a participação popular é frequentemente avaliado apenas do ponto de vista virtual e, em sua opinião, essa é uma percepção equivocada, pois a lógica virtual não é suficiente e essa participação precisa refletir na atuação pública do cidadão:

[...] outra coisa genuína é saber como que a tecnologia vai gerar a participação real, presencial. Não adianta usar a lógica virtual, de compartilhamento porque isso não é suficiente. Isso tem que gerar política na comunidade. Como que isso vai se dar? Acho que o uso da tecnologia encurta, facilita, mas tudo isso está em teste ainda, tudo está em teste (ENTREVISTADO 10).

5.4 USO DA TECNOLOGIA PARA FINS POLÍTICOS

Os entrevistados, de modo geral, destacaram que a tecnologia não vem sendo bem utilizada para fins políticos. O governo apresenta uma resposta lenta à necessidade de modernização e, desta forma, enfrenta dificuldades para se adaptar a sociedade tecnológica atual e para gerir as poucas ferramentas tecnológicas que disponibiliza aos cidadãos.

Ao avaliar o uso da tecnologia para fins políticos, o entrevistado 6 afirmou que o Estado não sabe utilizar a tecnologia. Para ele, ao invés dos governos usarem a tecnologia para reinventar a administração pública, eles digitalizaram a burocracia ao replicar no computador as etapas da prestação de serviços. O entrevistado destacou ainda que o governo precisa se modernizar com urgência para atender às demandas da sociedade atual:

Eu costumo falar assim: os governos ainda estão numa Era Ford e a sociedade está cada vez mais numa Era Google, acostumada com as facilidades dessa vida digital, mas chega nos governos e eles ainda estão numa forma bastante mecânica e burocrática de lidar com a prestação de serviço público. Enfim, para o gestor público o número de oportunidades que a tecnologia oferece é colossal e essa modernização é urgente (ENTREVISTADO 6).

Para o entrevistado 2, a modernização do Estado é uma questão premente, pois “é impossível que a administração pública resista às mudanças tecnológicas, ela tem de se adaptar à isso logo”. Em sua opinião, a administração pública já vem sendo pressionada

para desenvolver ou adotar soluções tecnológicas desenvolvidas pela iniciativa privada. No entanto, destacou que o tempo de reação do poder público costuma ser lento e depende das condições econômicas e das prioridades de cada governante.

Na percepção do entrevistado 9, a tecnologia não está sendo bem utilizada para fins políticos, ainda que progressos tenham ocorrido. Para o entrevistado, no futuro a tecnologia será imprescindível para estabelecer um canal de comunicação direto com o cidadão, mas atualmente a maioria dos gestores públicos não possui visão estratégica e compreensão de como a tecnologia pode transformar e beneficiar as políticas públicas. Dada a extensão territorial brasileira e, conseqüentemente, o grande número de municípios, o entrevistado 2 destacou que o uso da tecnologia ocorre de modo bastante desigual nas diferentes localidades:

Eu tenho um exemplo que ouvi falar, não sei como funcionou exatamente, que aconteceu na cidade de Canoas. O prefeito de Canoas tinha um negócio chamado Ágora Virtual. Eu acho que era uma vez por semana, não sei por quanto tempo ele ficava conversando com as pessoas na internet. Aí essa semana eu estava escutando no rádio um outro prefeito lá do Nordeste que vetou a distribuição de camisinhas numa festa que vai ter na cidade do interior porque falou que aquilo incentivava a prostituição. Então, num universo de 5300 municípios você tem esses dois tipos de administração (ENTREVISTADO 2).

O entrevistado 1 afirmou que a desconexão existente entre o Estado e o cidadão faz com que muitas ferramentas e tecnologias disponibilizadas pelo poder público não correspondam ao que o cidadão deseja receber. Para ele, enquanto o cidadão está preocupado com a solução de problemas do seu dia a dia, o Estado oferece informações e tecnologias que não necessariamente correspondem ao que o cidadão necessita e deseja. O entrevistado explica:

[...] quando você junta a sociedade e o Estado percebe com muita clareza que a informação que o Estado está disponibilizando não é aquela que o cidadão está querendo. Então ele pode abrir os dados que ele tem atualmente ao máximo e ele vai continuar não agradando o cidadão porque não é exatamente naquela estrutura que o cidadão quer receber os dados. Então eu acho que esse vai ser um longo caminho a percorrer porque não basta só abrir os dados que já existem, que o Estado já possui, na verdade é também proporcionar as informações mais interessantes para o dia a dia do cidadão (ENTREVISTADO 1).

Visão semelhante apresentou o entrevistado 3 ao salientar que os instrumentos de comunicação e navegação da administração pública precisam disponibilizar mais

informações e serem remodelados para facilitar sua utilização pelo usuário que deixa de usá-los quando encontra dificuldades na navegação. Ademais, o pesquisador destacou que o uso da tecnologia ainda é muito pequeno porque o Estado ainda é fechado e avesso à transparência que a tecnologia determina.

O entrevistado 6 concorda com a necessidade de modernização do Estado e de seus agentes ao afirmar que os partidos políticos e seus integrantes ainda estão numa era analógica considerada ultrapassada, por isso não conseguem se conectar com uma sociedade digital e quando o fazem parece falso. O entrevistado também enfatizou que a tecnologia não é uma panacéia, mas oferece recursos importantes que em sua opinião serão mais utilizados nos assuntos políticos a partir de agora.

Sob outra perspectiva, o entrevistado 13 acredita que a tecnologia vem sendo bem utilizado para fins políticos tanto por organizações da sociedade civil, como o Politize, quanto por candidatos em campanhas eleitorais. Para ele, atualmente os candidatos têm investido em campanhas em rede, com maior uso de redes sociais, e apesar de essa ser uma forma de fazer política recente, que não acontecia há alguns anos atrás, até mesmo os políticos mais antigos estão investindo em recursos digitais para se comunicar com os eleitores. O entrevistado exemplificou o uso da tecnologia na política para financiamento coletivo das campanhas e em iniciativas para que o cidadão participe da tomada de decisão de seu representante:

Um grande exemplo é o mandato compartilhado do Leonardo Secchi, o nosso professor aqui da Universidade do Estado, ele está inovando a forma de fazer política. O parlamento que ele quer propor é aberto, então a gente tem uma rede de co-deputados que votam nas propostas, e na verdade, o voto do Leonardo é uma representação do voto dessas pessoas, não dele sozinho, e as pessoas fazem isso por meio de um aplicativo chamado “Nosso Mandato”. [...] A base disso tudo é a tecnologia, é rede, é pessoas, é século XXI, essa é a forma como a gente se conecta hoje (ENTREVISTADO 13).

Para a entrevistada 4, os governos lentamente estão desenvolvendo alguns projetos para modernizar a administração pública, mas ainda são insuficientes e muitas vezes as ferramentas não funcionam ou não geram bons resultados. Para ela, é preciso investir no desenvolvimento de tecnologias melhores e permitir que o cidadão participe das decisões de questões mais relevantes.

[...] em Buenos Aires foi criada uma plataforma em que as pessoas poderiam criar projetos ou sugerir coisas que gostariam de mudar,

esse tipo de coisa. O que aconteceu é que eles receberam muitas, muitas, muitas propostas e eles não conseguiram nem responder porque foi algo como quarenta mil solicitações. [...] Outro problema é que as coisas em que você podia votar nessa plataforma também não eram relevantes. Nós não queremos uma plataforma para votar e escolher o nome de uma praça, por exemplo, nós queremos plataformas que contribuam para solucionar assuntos realmente importantes (ENTREVISTADA 4).

Essa situação de não conseguir atender às demandas oriundas dos canais de comunicação abertos também foi relatada pelo entrevistado 2 sobre suas experiências no governo municipal brasileiro:

Em geral, nas duas experiências no governo municipal que eu tive, eu acho que o governo municipal se assusta muito quando ele abre canal de comunicação. Então é uma coisa que às vezes não tem equipe pronta e preparada para isso. A resposta demora porque você não sabe direito o que fazer e não consegue adivinhar o que vai gerar ou não um grande debate (ENTREVISTADA 2).

Enquanto integrante de um movimento pela renovação política, o entrevistado explica a importância da tecnologia para as campanhas dos candidatos do movimento e destaca que há poucos anos atrás candidaturas como essas seriam impossíveis de serem consideradas e que hoje a expectativa é de que se consiga bons resultados.

[...] para você ter uma ideia eu vou lançar minha candidatura e estou começando a montar um time, uma equipe, e um dos papéis identificados é um programador, o programador da minha campanha para que boa parte das mensagens que eu quero passar para os diferentes grupos, as diferentes pautas, cheguem nas pessoas que devem receber. [...] A tecnologia hoje é fundamental, instrumental, e por mais que existam coisas ruins, eu acredito que tem espaço para criar e facilitar para a mensagem chegar e criar um tipo de ação política 2.0 (ENTREVISTADO 10).

Sobre esse fenômeno, a entrevistada 12 manifestou preocupação com as chamadas *fake news*. Para ela, na internet recebemos uma “*avalanche de informação que termina num processo de desinformação*”, tornando difícil identificar o que é verdadeiro e o que é falso. No campo da política essa pode se tornar uma arma poderosa para manipular os eleitores e prejudicar adversários por meio da disseminação de informações falsas e tendenciosas que sempre existiram, mas com o advento da internet tiveram seu impacto e dificuldade de controle multiplicados.

Na ótica do entrevistado 10, a tecnologia é bem utilizada quando o candidato tem o objetivo claro de se eleger. Para ele, a tecnologia mudou os meios pelos quais as pessoas se informam e, conseqüentemente, as campanhas eleitorais, assim como os políticos eleitos, estão adotando estratégias de comunicação digitais e usando cada vez mais as mídias sociais como Facebook, Twitter e Instagram. O entrevistado 11 confirmou essa opinião em seu depoimento sobre o uso das redes sociais no exercício de seu mandato como vereador:

Em nosso mandato utilizamos muito as redes sociais como forma de participação direta, pois estas nos permitem um canal de feedback de mão dupla em que aprendemos e validamos anseios sociais, bem como informamos e transparecemos nossos atos. Além disso, absorvemos ideias, projetos e demandas provenientes da participação direta das pessoas. Gosto muito dessas ferramentas, pois elas são objetivas e acessíveis a um grande número de pessoas, além de possuir uma forma de construção em rede, o que fortalece os anseios públicos pelo engajamento (ENTREVISTADO 11).

Ao analisar o uso da tecnologia na última década, o entrevistado supracitado observou grandes avanços nas ferramentas tecnológicas disponibilizadas para estimular a participação e aproximar os cidadãos da administração pública. Para ele, essas ferramentas contribuem para a educação política da população e, desta forma, acredita que com os meios tecnológicos conseguiremos, num prazo mais curto, educar politicamente a sociedade e capacitá-la para atuar na administração pública.

Essa tendência demonstra que as pessoas estão substituindo suas fontes de informação ao mesmo tempo que mudanças políticas importantes estão ocorrendo na região como o desencantamento com a política, o enfraquecimento dos partidos políticos e do modelo de representação democrático e o aumento das candidaturas independentes. Essa constatação alerta para a amplitude de seu impacto sobre o comportamento político da região, especialmente em virtude da qualidade das informações veiculadas nesse tipo de mídia.

5.5 OBSTÁCULOS PARA UM MAIOR USO DA TECNOLOGIA PARA APROXIMAR O CIDADÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A maioria dos entrevistados apontou o acesso à tecnologia e a capacidade de utilizar suas ferramentas como os maiores obstáculos para ampliar seu uso no sentido de aproximar o cidadão da administração pública. As barreiras impostas pela legislação na

compra e desenvolvimento de tecnologia, bem como as ferramentas escassas e de difícil navegação que o governo disponibiliza foram outros problemas frequentemente citados pelos entrevistados.

Para o entrevistado 8, o acesso a dispositivos tecnológicos e a internet é a principal barreira para ampliar o uso da tecnologia. Na visão do entrevistado, nos países latino-americanos existem inúmeras comunidades vivendo sem os elementos básicos para a qualidade de vida e o acesso a tecnologia para ele é uma realidade ainda distante.

A entrevistada 7 compartilhou dessa opinião ao destacar o acesso e o conhecimento para utilizar os dispositivos como as maiores barreiras para o uso da tecnologia. Entretanto, em seu depoimento a entrevistada explicou que os índices mostrados nas pesquisas são ruins, mas que na realidade podem ser ainda piores porque parte das pessoas consideradas conectadas possuem aparelhos eletrônicos com funções limitadas que impossibilitam a utilização de diversas ferramentas.

Tem muitos obstáculos, mas eu acho que os maiores são o acesso e saber utilizar a tecnologia também. Nos grandes centros aqui do México, como Guadalajara, Monterrei e Cidade do México, a maioria das pessoas têm acesso e estão mais familiarizadas com o uso da tecnologia, mas nas cidades do interior a situação é muito diferente. As diferenças entre as regiões aqui são muito grandes, não dá para comparar a realidade de uma pessoa que vive no sul com a de uma que vive no oeste, por exemplo (ENTREVISTADA 7).

O entrevistado 5 também destacou a barreira da acessibilidade, bem como a desigualdade no acesso à internet e à informação. Por essa razão, enfatizou a necessidade de serem pensadas estratégias para integrar as pessoas que não têm acesso aos recursos digitais para que não sejam excluídas desse processo.

Além de apontar as desigualdades de acesso e de entendimento da tecnologia, o entrevistado 2 também destacou a transparência e a capacidade do Estado de oferecer tecnologias fáceis de utilizar como importantes barreiras. Para ele, o cidadão precisa estar organizado dentro de uma estrutura transparente e de fácil acesso em que as informações dos governos sejam disponibilizadas rapidamente para que ele possa ver “*onde o dinheiro foi parar ou porque a obra não saiu*”.

Ao comentar a importância da transparência e do comprometimento dos governos com as iniciativas de participação popular, o entrevistado 1 destacou que o poder público ainda não está habituado com esse novo cenário e por isso demonstra resistência e se

sente ameaçado em determinadas situações, como ocorreu no caso da análise das notas das verbas indenizatórias dos parlamentares:

A primeira luta foi para que se conseguisse que essas notas fossem colocadas na internet. [...] Me lembro até que justamente nessa ocasião em que nós lutávamos por isso eu acabei sendo processado por um deputado, aquele que ficou conhecido depois como deputado do castelo, Edmar Moreira, porque foi a partir dos absurdos das notas fiscais que ele apresentava à Câmara que houve uma pressão, a Contas Abertas foi um dos órgãos que mais pressionou, para que aquelas notas fossem divulgadas na internet (ENTREVISTADO 1).

Para o entrevistado 11, os maiores obstáculos são tornar os atos da administração pública realmente públicos, transparentes e acessíveis a todos os cidadãos. Para ele, a publicização desses atos fará com que “as pessoas os compreendam e essa compreensão se tornará conhecimento, e esse por sua vez será capaz de provocar mudanças de hábitos, de comportamentos, de políticas e de leis através da participação”.

Para o entrevistado 9, o acesso à tecnologia não é um dos maiores obstáculos, pois a maior parte da população já está conectada. Para ele, a principal barreira é o descrédito adquirido pela classe política que faz com que o cidadão se afaste dos assuntos públicos e não participe, ainda que disponha de meios para isso. O entrevistado enfatizou o papel da tecnologia como instrumento de participação:

É preciso recuperar a imagem dos agentes públicos, ao mesmo tempo em que estimular o cidadão a participar. É difícil, complexo, mas acredito que essa provocação fará com que o povo se envolva, utilize a tecnologia para cobrar, fiscalizar e para participar. Sempre digo: quanto mais próximo do povo, mais longe da corrupção (ENTREVISTADO 9).

Opinião semelhante apresentou o entrevistado 5 ao afirmar que os maiores obstáculos à tecnologia não são tecnológicos, mas de ordem comportamental como a falta de interesse do cidadão em participar da vida pública:

[...] as pessoas estão cansadas do sistema político, dos políticos. Elas não querem saber nada sobre isso, então é difícil engajar as pessoas em torno de algo que elas detestam muito, mas elas precisam considerar que os políticos estão tomando decisões importantes sobre as nossas vidas. Esse é o maior desafio que nós enfrentamos para implementar essas novas estratégias (ENTREVISTADO 5).

Para o entrevistado 9, o maior desafio é mostrar aos cidadãos que *“eles devem ter oportunidades de interferência efetiva quando da produção da decisão política, sendo que as instituições da democracia devem atuar de maneira favorável a uma aproximação entre cidadãos e representantes”*. Outro ponto destacado pelo entrevistado é que, de certa forma, os cidadãos que não estiverem conectados à internet no futuro ficarão fora da vida social, econômica, científica e política.

Alguns entrevistados também apontaram entraves originados pela legislação e cultura de trabalho das instituições públicas. Para o entrevistado 6, tais dificuldades começam no medo do gestor público em assumir riscos e chegam até a falta de colaboração entre as instituições governamentais. Para ele, há um grande dilema na administração pública em relação ao papel das instituições governamentais, pois não há consenso sobre se o Estado deve comprar tecnologia ou criar uma estrutura para desenvolvê-la.

Opinião semelhante compartilhou o entrevistado 13 ao apontar a forma como a administração pública opera e algumas legislações como barreiras ao uso da tecnologia. Para ele, a máquina pública precisa rever seus regimentos e criar legislações que *“advoguem em prol da informatização, da abertura do governo para o cidadão, do uso de dados para tomar decisão, de desenvolver softwares e aplicativos, etc.”*.

Para a entrevistada 4, um obstáculo extremamente forte para o uso da tecnologia para aprimorar a democracia e a participação do cidadão é a cultura das instituições governamentais que habitualmente não desenvolvem e nem utilizam novas tecnologias em seus processos. Para ela, ainda que algumas plataformas como canais de participação sejam abertos, internamente *“as organizações não têm capacidade para processar as informações, não sabem ou não querem fazer nada com isso”*. Além disso, a entrevistada destacou a existência de leis e normas que funcionam contra a tecnologia e as iniciativas de participação popular.

[...] precisamos mudar toda a maneira como o governo, as instituições governamentais funcionam porque elas são como caixas fechadas e nós precisamos abri-las para conseguir realizar as mudanças necessárias. Não é uma tarefa fácil, essa é uma barreira muito forte e é longo o caminho para conseguir mudar a cultura dessas instituições (ENTREVISTADA 4).

Outro entrave apontado pelo entrevistado 13, é que as tecnologias criadas pelo poder público não consideram as demandas do cidadão e, desse modo, não são utilizadas

já que o cidadão não sabe que elas existem ou não sabe como utilizá-las. Para o entrevistado, é preciso colocar o usuário no centro do processo de desenvolvimento, entender quais são as suas necessidades e adequar as tecnologias a sua realidade.

Um bom exemplo, [...] é um painel do governo do estado em que você pode ver todas as obras que estão acontecendo. Lá você vê onde que ela está, se ela está concluída, se ela está parada, quanto tempo falta, quanto de recurso já foi gasto, então são legais essas informações. Mas quem usa isso? Será que um cidadão de um bairro mais simples, a vida do clássico brasileiro, quer saber essas informações? Talvez não, mas talvez ele queira receber no celular um SMS sobre os avanços do elevado do sul da ilha. Isso é tecnologia, isso é comunicação, isso é participar. Precisa entender o que é mais prioritário e a administração pública só vai conseguir entender isso a hora que conversar com o cidadão, a hora que transformar isso de fato num processo democrático, e não simplesmente cumprir regimentos de criar tecnologias que não tenham muito sentido para o cidadão (ENTREVISTADO 13).

Para o entrevistado 5, um grande obstáculo à implementação de novas estratégias é a tentativa dos políticos de instrumentalizar as iniciativas tecnológicas para preservar o status quo. Na opinião do entrevistado, as inovações políticas geralmente perturbam os políticos porque diminuem seu poder e desse modo ocorre um confronto: “*nós criamos tecnologia para aumentar a participação cidadã e redistribuir o poder e os políticos querem que o poder permaneça concentrado em suas mãos*” (ENTREVISTADO 5).

O entrevistado 1 relatou que a Contas Abertas frequentemente encontra dificuldades para obter as informações que necessita para realizar seu trabalho de fiscalização dos gastos públicos, e muitas vezes as informações solicitadas são negadas, ainda que sem amparo legal. Para o entrevistado, esse é um problema cultural do país:

Nós não iríamos conseguir mudar a cultura do brasileiro apenas porque foram assinadas três leis, ou quatro leis, ou dez leis. É preciso mudar essa cultura, a cultura do burocrata, a cultura de que ele tem poder detendo essa informação. [...] O burocrata é o guardião temporário da informação, mas a informação é na verdade um bem público e qualquer cidadão deve ter acesso a ela (ENTREVISTADO 1).

Dificuldade semelhante foi relatada pela entrevistada 12 para a obtenção de informações governamentais pelo Ecuador Chequea:

Não é fácil fazer as checagens aqui no Equador. Nós temos uma lei que permite o acesso de jornalistas e organizações da sociedade civil às informações, aos dados públicos. Isso é o que está no papel, na lei, mas

na verdade quando solicitamos essas informações o processo não é tão simples. Encontramos muitas dificuldades para obtê-las, os funcionários não respondem às solicitações como esperamos, então acaba ficando difícil. Esse é um grande problema das instituições públicas, também trabalhamos com instituições independentes e elas são completamente diferentes (ENTREVISTADA 12).

Ao abordar a necessidade de modernização do Estado, o entrevistado 10 enfatizou que os representantes políticos não acompanharam as transformações ocasionadas pela tecnologia e por isso não foram capazes de desenvolver políticas públicas digitais. Segundo o entrevistado, essas políticas seriam mais *“horizontalizadas, numa lógica de rede, de formação, de avaliação imediata, de correção e de aprendizagem”*. Para ele, ao invés de os políticos se preocuparem em anunciar políticas públicas monumentais que na teoria atenderão 100% do território nacional, deveriam se voltar para a construção de políticas baseadas na lógica da experimentação que permite *“tentar, errar, aprender com os erros para melhorar e só depois expandir”*.

Outro entrevistado destacou os obstáculos impostos pela legislação às aquisições realizadas pela administração pública que acabam encarecendo o produto adquirido e prejudicando a qualidade do serviço oferecido ao usuário. O entrevistado citou como exemplo as restrições determinadas pela legislação para a compra de serviços do exterior:

[...] tem alguns serviços que você assina mensalmente, softwares por exemplo, que as instituições públicas não conseguem acessar esse serviço porque não tem um cartão com que você consiga fazer uma compra no exterior. Aí você vê elas tendo que comprar de um fornecedor que compra da empresa porque não tem como comprar diretamente. Em qualquer cálculo que se faça isso seria mais barato financeiramente e obviamente mais útil como processo de trabalho, mas aí pelas restrições da Lei de Compras nº8.666 você acaba tendo que dar um jeitinho e no final das contas fica tudo pior para todos: para o bolso, para o usuário do serviço, mesmo que seja um servidor, e para o cidadão quando isso envolve alguma prestação de serviço (ENTREVISTADO 6).

O entrevistado 10 também apontou a Lei das Licitações como um dos principais entraves ao uso da tecnologia. Para ele, o governo não está preparado para licitar projetos de inovação tecnológica especialmente porque a mão de obra necessária para desenvolver boas tecnologias não pode ser contratada pelo menor preço e poucos profissionais da área estariam disposto a realizar concurso e fazer carreira na administração pública.

5.6 CASOS PRÁTICOS

É consenso entre os entrevistados que há muitos aspectos a serem aprimorados nas democracias latino-americanas. Em resposta aos problemas identificados nos sistemas políticos atuais há uma onda de inovações propostas por organizações formadas por cidadãos comuns que se unem com o objetivo de desenvolver ferramentas tecnológicas para conscientizar e estimular a participação dos cidadãos, bem como promover a transparência e responsividade dos governos às reivindicações da população.

Na tabela a seguir serão descritos os exemplos citados pelos entrevistados de organizações que usam a tecnologia para melhorar o processo democrático e a participação popular na América Latina.

Quadro 2 – Organizações que usam a tecnologia para melhorar o processo democrático e a participação popular na América Latina

NOME	PAÍS	OBJETIVO	ANO DE FUNDAÇÃO
Meu Rio	Brasil	Rede de ação organizada para promover a democracia, a inclusão e a sustentabilidade no Rio de Janeiro. Dentre as atividades realizadas pela organização estão a fiscalização e acompanhamento do trabalho dos vereadores, deputados e secretários de governo; o fomento de uma comunidade de ação composta por jovens ativistas; a execução de ações que integram táticas online e offline para mobilizar pessoas e ter mais impacto político; e o desenvolvimento de ferramentas e metodologias para mobilizar pessoas nas causas mais importantes da cidade (MEU RIO, 2018).	2011
Colab	Brasil	Aplicativo que funciona como uma rede social ao criar um canal direto entre cidadão e administração pública. O usuário publica uma foto, registra o endereço e a categoria da solicitação que deseja fazer para a prefeitura, como o conserto de calçadas ou a denúncia de um veículo estacionado de forma irregular. No aplicativo também podem ser realizadas consultas públicas para auxiliar na tomada de decisão (COLAB, 2018).	2013
GNova	Brasil	Laboratório de Inovação em Governo voltado para o desenvolvimento de soluções criativas para problemas públicos por meio da metodologia do design thinking que se fundamenta em práticas colaborativas e na experimentação, levando em conta a experiência do cidadão (GNOVA, 2018).	2013

Vote na Web	Brasil	Site para engajamento cívico que apresenta, de forma simples e resumida, os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional. O objetivo da plataforma é aumentar a politização da sociedade, oferecer uma maneira fácil de acompanhar, votar e debater sobre o trabalho dos políticos, e criar um ambiente favorável ao diálogo entre parlamentares e cidadãos. Qualquer pessoa pode votar contra ou a favor e dar a sua opinião e os integrantes da organização são responsáveis por levar os resultados obtidos ao Congresso (VOTE NA WEB, 2018).	2009
Siga Brasil	Brasil	Portal do Senado Federal que reúne informações sobre os planos e orçamentos públicos, permitindo que o cidadão acompanhe desde o início da elaboração de um orçamento, o envio da proposta do Poder Executivo ao Congresso Nacional, até a sua execução (SIGA BRASIL, 2018).	2005
Operação Serenata de Amor	Brasil	Usa inteligência artificial para auxiliar no controle social, fiscalizando os gastos de parlamentares reembolsados pela Cota para Exercício da Atividade Parlamentar, identificando suspeitas e compartilhando as informações para incentivar a população a questioná-los (SERENATA, 2018).	2016
Transparência Brasil	Brasil	Atua no combate à corrupção utilizando tecnologia para monitorar os gastos públicos e traduzi-los em informação compreensível ao cidadão de forma a estimular o debate público sobre temas relacionados à corrupção e integridade das instituições (TRANSPARÊNCIA, 2018).	2000

Atlas Político	Brasil	É uma plataforma para inteligência de dados e engajamento político que visa acelerar o processo de renovação e responsabilização da política brasileira. A organização desenvolve tecnologias para promover a transparência, aumentar a qualidade da representação e fortalecer a democracia (ATLAS POLÍTICO, 2018).	2014
Voto Legal	Brasil	Plataforma de financiamento coletivo de campanha eleitoral mais transparente. Utiliza a tecnologia <i>blockchain</i> permitindo que todas as transações realizadas sejam rastreadas e fiquem disponíveis para consulta por qualquer cidadão (VOTO LEGAL, 2018).	2016
Aos Fatos	Brasil	Organização que realiza o acompanhamento e análise das declarações de políticos e autoridades nacionais para verificar a veracidade das informações. Para garantir a qualidade de seu trabalho, a organização é signatária do código internacional de princípios e condutas estabelecido pela International Fact-Checking Network para certificar os leitores de que a organização é apartidária e comprometida com a transparência de suas atividades (AOS FATOS, 2018).	2015
Nosso Mandato	Brasil	Aplicativo criado para aproximar o eleitor de seus representantes por meio da tecnologia. Permite que o usuário opine sobre votações na Câmara Municipal, notifique problemas nos serviços públicos da cidade e agende reuniões com o vereador e sua equipe, dentre outras funcionalidades (IIPOLÍTICA, 2018).	2018
Codeando México	México	Constrói ferramentas tecnológicas para resolver problemas públicos, criar novas formas de participação cívica, organizar a abertura dos dados governamentais, fiscalizar gastos	2015

		do governo, avaliar políticas públicas e reformar a relação entre o governo e os cidadãos (CODEANDO MÉXICO, 2018).	
Haz Tu Ley	México	É uma plataforma digital que possibilita ao cidadão propor leis e políticas públicas para o país. Dessa forma, a organização pretende fomentar o debate de ideias e a construção de soluções para os problemas sociais por meio de uma democracia mais interativa (HAZ TU LEY, 2018).	2014
Observatorio Nuestro Presupuesto	Nicarágua	É uma ferramenta virtual que reúne informações sobre o Orçamento Geral da República da Nicarágua e os Programas Anuais de Contratação. Por meio de suas atividades o observatório pretende apresentar informações orçamentárias e de compras públicas de forma clara e resumida, e ampliar a participação da sociedade civil no monitoramento dos recursos públicos (NUESTRO PRESUPUESTO, 2018).	2014
Red de Innovación Política en America Latina	Argentina	Conecta organizações de dez países da América Latina para criar um espaço comum de ação e reinventar a política a partir da integração de conhecimentos diversos e tecnologias digitais com o objetivo de construir uma democracia com redistribuição do poder, inclusão política e promoção dos direitos humanos (RED INNOVACIÓN POLÍTICA, 2018).	2016
Chequeado	Argentina	Plataforma dedicada à verificação do discurso público e à promoção do acesso à informação e à abertura de dados. A organização verifica as declarações de políticos, economistas, empresários, figuras públicas, mídia e outras instituições formadoras de	2015

		opinião, e classifica de acordo com a coerência dos fatos e dados a que se referem (CHEQUEADO, 2018).	
DemocracyOS	Argentina	Plataforma desenvolvida com o objetivo de contribuir para um governo mais aberto e participativo por meio de um espaço online para criar, debater e votar propostas (DEMOCRACYOS, 2018).	2017
Congreso Abierto	Chile	Site de monitoramento do Congresso do Chile em que os usuários podem revisar os projetos de lei, acompanhar a tramitação e se comunicar diretamente com os congressistas (CONGRESO ABIERTO, 2018).	2016
Chile Check	Chile	Site de verificação de dados de discursos públicos veiculados na mídia a partir da mesma metodologia adotada pelo Chequeado e pelo Ecuador Chequea (CHILE CHECK, 2018).	2017
Congreso Transparente	Guatemala	Plataforma com a proposta de aproximar os membros do Congresso e os cidadãos da Guatemala para que conheçam seus representantes, suas ações, as propostas que estão sendo estudadas e as leis que já foram aprovadas (CONGRESO TRANSPARENTE, 2018).	2011
Observatorio Legislativo	Equador	O observatório é uma iniciativa da Fundación Ciudadanía y Desarrollo para promover a implementação de políticas de parlamento aberto no Equador. A partir do monitoramento e análise do trabalho do legislativo e da divulgação das informações num formato mais simples, a organização busca fomentar o conhecimento do cidadão	2011

		e o debate sobre as ações dos parlamentares do país (OBSERVATORIO LEGISLATIVO, 2018).	
La Pública	Bolívia	Plataforma digital que busca fortalecer o exercício da cidadania e a construção de espaços públicos mais ativos e plurais a partir da articulação do jornalismo, da tecnologia e do ativismo social (LA PÚBLICA, 2018).	2014

6 DISCUSSÃO DOS DADOS

6.1 DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA

A democracia nos países latino-americanos ainda é bastante jovem implicando na existência de diversos problemas apontados pelos entrevistados. Apesar de alguns entrevistados manifestarem inseguranças e incertezas quanto à sua consolidação, o reconhecimento deste modelo como um progresso obtido na última década por todos os países é consensual.

A substituição dos regimes autoritários vividos pelos países da região no século passado pelo modelo democrático revigorou a esperança da população quanto às possibilidades de superar os problemas sociais enfrentados e fortalecer a cidadania com a consagração de novos direitos. Para isso, conforme apontado pelos entrevistados, adotou-se o modelo de representação democrática em que por meio do voto são eleitos representantes com a função de analisar e defender os interesses da população (BOBBIO, 1998).

Contudo, alguns entrevistados destacaram que a democracia ainda não é um modelo consolidado em todos os países da região. Países como Venezuela e Bolívia apresentam atualmente apresentam contextos políticos que evidenciam a fragilidade de suas democracias e dão sinais de que regimes autoritários possam ser instaurados nesses países (ENTREVISTADO 1).

Outro ponto destacado pelos entrevistados, é que em oposição à teoria da democracia representativa, na prática os cidadãos e suas reivindicações parecem não estar direcionando e exercendo controle sobre as condutas adotadas pelos representantes no exercício de suas funções (DAHL, 2005; LYRA, 2003). Tal condição estaria causando um profundo sentimento de insatisfação com o sistema político e o surgimento de dúvidas quanto a efetividade do sistema democrático, fenômeno que vem sendo chamado de crise da democracia (SANTOS, 2002).

Alguns entrevistados afirmaram que essas dificuldades enfrentadas para realizar os princípios da representatividade democrática fizeram emergir debates questionando a democracia como sistema político ideal e até mesmo se opondo a esse modelo (ZUCOLOTTI; TEIXEIRA, 2015). Nesse sentido, o entrevistado 13 destacou que no caso brasileiro esse fenômeno pode ser observado no aumento do apoio entre a população à intervenção militar na política.

Essas percepções são confirmadas pela pesquisa realizada pelo Latinobarómetro (2017) que evidenciou um declínio acentuado do apoio e satisfação da população com a democracia na América Latina, bem como a percepção dos entrevistados de que os governos trabalham para alguns privilegiados e não para o bem comum. Segundo o levantamento, apenas 30% dos latino-americanos estão satisfeitos com o sistema democrático: em dez países menos de um terço da população está satisfeita, e somente em três – Uruguai, Nicarágua e Equador – há uma maioria satisfeita com esta forma de governo. A pesquisa também apontou que 73% dos entrevistados consideram que o governo não defende os interesses da maioria, e apenas 36% aprovam o seu governo, com destaque para o Brasil que tem a menor aprovação com 6%.

Muitas razões foram apontadas pelos entrevistados para explicar tamanho desapeço pelos sistemas políticos dos países latino-americanos. A sensação da população de não ter seus interesses sendo representados pelos governantes e a impotência para influenciar os processos políticos foi o motivo citado com maior frequência. Para os entrevistados, há uma desconexão entre os anseios dos cidadãos e os representantes que estariam agindo de acordo com interesses pessoais e para favorecimento de grupos específicos (BOBBIO, 2000).

Outro problema destacado pelos entrevistados, é a influência das oligarquias sobre os cidadãos no momento das eleições (LYRA, 2003). A desigualdade, a pobreza e a exclusão social foram apontadas como fatores que ameaçam a legitimidade do processo eleitoral se forem usados para influenciar as decisões da população e interferir em sua liberdade no exercício do voto.

Embora o contexto de cada país seja diferente, a corrupção foi considerada uma característica comum à todos eles. Na opinião dos entrevistados essa característica prejudica a governabilidade ao questionar os parlamentos como espaço de representação, assim como a confiança da população em seus representantes e na efetividade das instituições públicas (ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2015).

A incapacidade que os partidos políticos apresentam em exercer sua função representativa, filtrando as demandas sociais e transformando-as em decisões políticas também foi apontada como um fator que contribui para o agravamento da crise democrática. A revelação de escândalos de corrupção nos últimos anos teria agravado o desprestígio adquirido pelas estruturas partidárias consideradas pouco eficientes, democráticas e transparentes. Ao abordar esse tópico, um entrevistado chegou a afirmar

que os partidos são uma barreira ao avanço da democracia, pois restringem o surgimento de novas lideranças políticas.

Essas constatações dos entrevistados são confirmadas pela referida pesquisa do Latinobarómetro (2017) que analisou o grau de confiança dos entrevistados em algumas instituições da democracia. Dentre as instituições analisadas, os partidos políticos obtiveram o menor grau de confiança em toda a América Latina (15%), e o Brasil novamente ocupou a última posição da lista com apenas 7%. Segundo a pesquisa, a baixa confiança nos partidos políticos coincide com a fragmentação dos sistemas partidários, bem como com a crise de representação e o desencanto pela política.

A frustração gerada por esses problemas foi apontada como um elemento que favorece a polarização da população em extremos ideológicos. Isso foi considerado nocivo por anular o debate político, dificultar a discussão de ideias a favor da construção de propostas e por contribuir para a eclosão de radicalismo que podem ameaçar a democracia.

Esse conjunto de fatores apontados pelos entrevistados explicam a emergência de uma crise democrática que resulta no distanciamento do cidadão dos assuntos públicos, percebido principalmente na baixa participação nos sistemas eleitorais em que o voto é facultativo e nos índices de abstenção elevados nos sistemas em que o voto é obrigatório. A percepção geral é de que falta transparência, responsividade e representatividade aos gestores públicos, efetividade às instituições representativas e mais mecanismos para manifestação da vontade popular (SANTOS, 2002; ZUCCOLOTTO e TEIXEIRA, 2015).

6.2 PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A participação dos cidadãos na administração pública foi considerada pequena por todos os entrevistados. A maioria dos motivos citados para tentar explicar a baixa participação estão relacionados a insatisfação com a situação política dos países e com a escassez de meios disponíveis para que o cidadão participe efetivamente.

A percepção do cidadão de que máquina pública é ineficiente e é utilizada para satisfazer interesses pessoais dos titulares do poder por meio da concessão de benefícios à terceiros foi apontada como uma importante causa do distanciamento e reduzida participação do cidadão nas atividades públicas (COSTA, 2012). Essa percepção evidencia a presença de características da administração patrimonialista nas instituições governamentais atuais. Tais características contribuem para a ineficiência governamental,

para o desenvolvimento de práticas de corrupção e a consequente insatisfação popular (WEBER, 2004; COSTA, 2012; MORETTO NETO, 2012).

Além disso, foi destacado que apesar de o direito à participação ser garantido pela constituição, na prática existem poucos processos que possibilitam a participação e muitas vezes as decisões tomadas de forma democrática nesses processos não são respeitadas. Nesse sentido, o Laboratório Hacker da Câmara de Deputados é uma iniciativa governamental que propõe a participação popular no processo legislativo brasileiro. Contudo, não há clareza quanto ao modo como as manifestações dos cidadãos são consideradas e tampouco quanto aos resultados que elas produzem.

A falta de consciência cidadã em relação à importância da sua participação e os poucos estímulos governamentais que a população recebe foram outras explicações dadas pelos entrevistados. A transformação desse cenário depende do fortalecimento da cidadania a partir da reconstrução do vínculo entre o Estado, as organizações e a sociedade civil (ALMEIDA;. BATISTA; ADDOR, 2017).

Por outro lado, outros entrevistados enfatizaram que a participação do cidadão não depende apenas da consciência de sua importância e do conhecimento dos instrumentos existentes para este fim, mas é influenciada também pela disponibilidade de tempo do indivíduo, comprometimento e confiança no sistema político.

O papel do governo teve destaque nos depoimentos dos entrevistados. Sua gestão foi considerada um agente determinante do nível de participação registrado em cada região, isso porque o nível de transparência, a abertura do governo e os processos que disponibiliza aos cidadãos influenciam diretamente na intensidade da participação popular.

Nesse sentido, também foi ressaltado que quando são criados processos participativos, as contribuições realizadas pelos cidadãos nem sempre são consideradas pelos governos em virtude das restrições que esses processos impõem. Essas condições indicam que, na verdade, o modelo de administração adotado não se fundamenta em processos decisórios democráticos que priorizam a participação do cidadão nas decisões, no desenvolvimento, acompanhamento e controle das ações públicas (MORETTO NETO, 2012).

Todos esses fatores contribuíram para que uma parcela dos cidadãos deixassem de acompanhar e participar da esfera pública. Contudo, se para parte dos cidadãos os problemas identificados nos sistemas políticos provocaram seu distanciamento dos

assuntos públicos, para outros apenas evidenciaram a necessidade de reconfiguração da administração pública para possibilitar maior engajamento e participação do cidadão.

Nesse sentido, os entrevistados destacaram o surgimento de inúmeras organizações criadas pela sociedade civil com o objetivo de interagir, acompanhar e fiscalizar os governos. No Brasil especificamente, essas iniciativas se difundiram após a publicização de esquemas de corrupção que evidenciaram o desalinhamento entre os interesses da população e as ações dos governantes no exercício de seus mandatos. Para alguns entrevistados, o fenômeno da difusão dessas organizações pelos países evidencia que a população está exigindo maior abertura do poder público para que possam manifestar suas opiniões, controlar a gestão e participar efetivamente da administração pública.

Nesse sentido, a abordagem da administração pública que mais se aproxima do fenômeno identificado é a do Novo Serviço Público que visa justamente democratizar a administração pública e aproximá-la do cidadão (DENHARDT, 2012). No Novo Serviço Público, o governo adquire a função de engajar os cidadãos no processo de participação política e de criar oportunidades para que os cidadãos possam dialogar e contribuir com a construção de políticas públicas (SANTOS, SALM, MENEGASSO, 2006; MORETTO NETO, 2012, DENHARDT, 2012).

6.3 TECNOLOGIA, DEMOCRACIA E A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

O potencial da tecnologia para aprimorar a democracia e a participação dos cidadãos foi evidenciado por todos os entrevistados. Contudo, ressaltou-se que a tecnologia não é a solução para os problemas do sistema democrático, embora ofereça muitos recursos capazes de contribuir para seu aperfeiçoamento (ALMEIDA; BAUTISTA; ADDOR, 2017).

No entendimento dos entrevistados, se utilizada com boas intenções a tecnologia pode contribuir para a participação dos cidadãos à medida que elimina barreiras geográficas e sociais. Dessa forma, o uso da tecnologia facilita a comunicação entre governos e cidadãos e amplia o debate e a participação de indivíduos na tomada de decisões políticas (CRESPO, 2018).

Outros entrevistados destacaram que a tecnologia pode contribuir para que as pessoas se sintam melhor representadas e para que os governantes ao estabelecerem um canal de comunicação direta com a população saibam quais são seus interesses

prioritários. A intenção é usar a tecnologia como ferramenta de amplo alcance para aprendizado, participação e deliberação dos cidadãos (MUHLBERGER, 2005). Dessa forma, com uma cidadania mais ativa espera-se que os governantes sejam mais responsáveis perante o cidadão, transparentes e mais horizontais na elaboração de estratégias e na tomada de decisões.

O uso da tecnologia para aumentar a transparência por meio da abertura de dados dos governos influenciou o surgimento de diversas organizações não governamentais de controle social dos gastos públicos (SMITH, 2009; SANTOS, 2002; LYRA, 2003). Contudo, destacou-se que a maior parte dos dados divulgados pelo poder público não são compreendidos pela maioria dos cidadãos e por isso esse controle social acaba restrito às organizações especializadas como a Contas Abertas e a Transparência Brasil. Além da forma com que as informações são disponibilizadas à população, também foi manifestada preocupação com o nível de complexidade da tecnologia usada para interagir com o cidadão, pois a dificuldade em utilizar uma ferramenta pode levar a desistência do usuário.

De acordo com os entrevistados, a tecnologia apresenta um potencial revolucionário para transformar as formas de interação entre governos e cidadãos, possibilitando ampliar e aprofundar a participação dos indivíduos na tomada de decisão (MUHLBERGER, 2005; CRESPO, 2018). Entretanto, foi destacado que os governos apresentam dificuldades para se modernizar por não priorizarem esse aspecto e também por estarem inseguros quanto ao aumento da transparência e fiscalização das ações do poder público que acompanham o maior uso da tecnologia.

Além disso, os entrevistados enfatizaram que a tecnologia e suas ferramentas não solucionarão todos os problemas do sistema democrático. Para promover um aprofundamento democrático, as inovações tecnológicas propostas nessa área precisam ser acompanhadas do fortalecimento da consciência cidadã e da combinação de governos mais responsivos e cidadãos mais ativos nos assuntos públicos (ALMEIDA; BAUTISTA; ADDOR, 2017).

6.4 USO DA TECNOLOGIA PARA FINS POLÍTICOS

A maioria dos entrevistados considerou que a tecnologia não vem sendo bem utilizada para fins políticos. Isso porque os governos são obsoletos, resistentes ao avanço da democracia digital e sua modernização ocorre muito lentamente. Contudo, foi

consenso entre os entrevistados que as ferramentas tecnológicas estão sendo cada vez mais utilizadas, pois a necessidade de adaptação dos governos à sociedade digital é urgente.

Ainda que progressos tenham ocorridos na modernização do Estado, o uso da tecnologia foi considerado incipiente pelos entrevistados. Além da resposta lenta que os governos oferecem ao avanço da tecnologia, alguns entrevistados citaram que o poder público burocratizou a tecnologia ao invés de reinventar a maneira com que atua. Desse modo, há uma incompatibilidade entre a forma mecânica e burocrática com que o governo se apresenta e a sociedade atual cada vez mais digitalizada (SMITH, 2009; LYRA, 2003).

Na visão dos entrevistados, falta aos gestores públicos compreender os benefícios que o uso da tecnologia pode proporcionar. Além disso, foi destacado que por não considerarem as necessidades dos cidadãos os governos muitas vezes disponibilizam ferramentas tecnológicas difíceis de serem usadas e que não atendem aos interesses da população. Nesse sentido, os instrumentos precisam ser desenvolvidos para oferecer recursos que interessem ao cidadão e para facilitar sua utilização pelo usuário.

Em relação ao uso da tecnologia pelos partidos políticos e seus integrantes, um entrevistado afirmou que estes estão numa era analógica ultrapassada que dificulta sua comunicação com a sociedade digital. Por outro lado, outros entrevistados consideraram que as estruturas partidárias e os políticos estão utilizando cada vez mais e melhor as ferramentas tecnológicas.

O uso da tecnologia nas campanhas eleitorais foi destacado como uma estratégia adotada pelos candidatos para a realização de campanhas em rede, com maior uso de redes sociais que permitem uma comunicação mais direta entre candidatos e eleitores. Além disso, a tecnologia também tem sido utilizada para a realização de financiamentos coletivos das campanhas eleitorais e para viabilizar modalidades alternativas de ação política como os mandatos compartilhados citado pelo entrevistado 13.

Nesse sentido, o entrevistado 10 destacou a importância das ferramentas tecnológicas para a realização das campanhas dos candidatos integrantes de um movimento pela renovação política do qual faz parte. O entrevistado afirmou que alguns anos atrás seria inviável realizar campanhas políticas como essas, mas que hoje acredita que será possível obter bons resultados em virtude da quantidade de eleitores que utilizam as redes sociais como importante meio de comunicação e informação.

A visão do entrevistado é fortalecida pela pesquisa do Latinobarómetro (2017) que identificou uma mudança na maneira com que as pessoas se informam sobre assuntos

políticos. Os resultados mostraram que os meios tradicionais – rádio, televisão, jornais e revistas - perderam espaço para a internet e para as redes sociais. De acordo com a pesquisa, para um terço da população da região latino-americana as redes sociais substituíram os meios tradicionais e se tornaram uma fonte de comunicação política.

Contudo, a utilização massiva da internet e das redes sociais para a realização de campanhas eleitorais foi vista com cautela por alguns entrevistados. Isso porque estas ferramentas podem ser utilizadas para a propagação de notícias falsas e tendenciosas com a intenção de prejudicar candidatos e manipular os eleitores. Nesse sentido, um estudo realizado pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (2017) indicou que contas automatizadas motivaram até 20% dos debates em apoio a políticos no Twitter desde as eleições de 2014, impondo riscos aos processos eleitorais e à democracia. De acordo com o levantamento, robôs sociais – contas controladas por software que artificialmente geram conteúdo e interação com não robôs – são usados para interferir em debates espontâneos e criar discussões forjadas. Desta forma, os robôs promovem a desinformação com a propagação de notícias falsas, direcionam os debates e influenciam a opinião pública.

Essas constatações alertam para a amplitude do impacto que o uso da tecnologia pode ter sobre as condutas políticas da população e para a necessidade de identificar e reprimir estratégias perversas implementadas nas redes sociais. Contudo, a despeito dos impactos negativos que a tecnologia pode gerar no campo político, os entrevistados indicaram que suas ferramentas podem ser utilizadas para promover a informação e a educação política da população que consequentemente refletirá no ativismo do cidadão na administração pública e no fortalecimento da democracia.

6.5 OBSTÁCULOS PARA UM MAIOR USO DA TECNOLOGIA PARA APROXIMAR O CIDADÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os principais obstáculos apontados pelos entrevistados para ampliar o uso da tecnologia com o objetivo de aproximar o cidadão da administração pública foram o acesso aos aparatos tecnológicos e o conhecimento necessário para utilizar suas ferramentas. Entretanto, outras barreiras foram identificadas pelos entrevistados, como as limitações impostas pela legislação, a complexidade e a reduzida quantidade de ferramentas disponibilizadas pelos governos.

As desigualdades sociais verificadas nos países latino-americanos foram apontadas pelos entrevistados como fortes barreiras ao uso da tecnologia, pois não basta que o cidadão possua um dispositivo tecnológico, mas também é necessário que ele saiba utilizá-lo e que esteja conectado à internet. Além disso, a entrevistada 7 destacou que parte da população dispõe de aparelhos de baixa qualidade que limitam a utilização de algumas ferramentas.

Por outro lado, alguns entrevistados destacaram que os maiores obstáculos ao uso da tecnologia são de origem comportamental. Foi enfatizado, por exemplo, que a transparência não faz parte da cultura de trabalho das instituições públicas e por isso os governos são resistentes em abrir seus dados, torná-los acessíveis à todos os cidadãos e disponibilizar ferramentas para a participação popular.

Na visão dos entrevistados, o descrédito adquirido pela política, assim como a falta de interesse e comprometimento do cidadão em participar da vida pública fazem com que a população não utilize as tecnologias desenvolvidas para estes fins. Dessa forma, o fortalecimento da cidadania novamente foi apontado como necessário para que as tecnologias sejam melhor utilizadas para aproximar eleitores e seus representantes e promover a participação popular (ALMEIDA; BAUTISTA; ADDOR, 2017). Nesse sentido, destaca-se a relevância de organizações como o Politize para o fortalecimento da cultura democrática e da educação política.

Outras barreiras destacadas pelos entrevistados foram as restrições impostas pela legislação, o medo dos gestores públicos de assumir riscos e a falta de colaboração entre as instituições governamentais. O entrevistado 13 destacou ainda que as tecnologias desenvolvidas pelo poder público não consideram as demandas do cidadão e por isso não são utilizadas. Na visão dos entrevistados, é preciso colocar o cidadão no centro do processo de desenvolvimento das tecnologias para adequá-las às suas necessidades, além de modificar a legislação em prol da informatização, da abertura do governo e da participação do cidadão na tomada de decisões.

Ao analisar os obstáculos enfrentados por organizações da sociedade que usam a tecnologia para promover a participação popular, o entrevistado 5 destacou como uma grande barreira o esforço dos representantes políticos para condicionar ou limitar a atuação dessas organizações. Isso porque essas iniciativas visam redistribuir o poder e aumentar a participação cidadã em oposição aos interesses dos gestores públicos de manter o poder concentrado em suas mãos. Nesse sentido, o entrevistado 1 citou os

impasses vivenciados pela Contas Abertas para conseguir algumas informações cuja transparência é assegurada pela Constituição.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo de hoje está passando por um período de questionamento da política e da qualidade da representatividade proporcionada pelo modelo de democracia representativa vigente na maioria dos países. Esse fenômeno, que vem sendo chamado de crise da democracia, tem provocado insatisfações diversas na população que se manifestam sobretudo no afastamento do cidadão dos assuntos da esfera pública. Essas reações resultam principalmente da desconfiança da população em seus governantes, da sensação de não terem seus interesses representados e da baixa efetividade atribuída às instituições governamentais (SANTOS, 2002; ZUCOLOTTO, TEIXEIRA, 2015).

Ao que tudo indica, esses aspectos negativos têm funcionado como incentivo para que parte da população se lance na busca de soluções alternativas para tentar resolver os problemas dos quais padecem. Nesse sentido, a tecnologia se coloca com um enorme potencial para aumentar a participação dos cidadãos ao viabilizar a construção de diversas soluções tecnológicas à custos de produção e reprodução relativamente baixos, além de eliminar as barreiras geográficas e possibilitar a disseminação das ferramentas por meio virtual (SANTOS, 2002; SMITH, 2009; CRESPO, 2018).

Esse trabalho se propôs a analisar o impacto da tecnologia na participação política na América Latina. Para isso, além de pesquisas em dados secundários buscou-se entrevistar integrantes de organizações da sociedade civil, políticos e empreendedores sociais, em 5 países diferentes, para entender como a tecnologia vem sendo utilizada para promover a participação popular.

A partir dos resultados obtidos com a pesquisa, percebe-se que a tecnologia foi considerada uma ferramenta essencial por todos os entrevistados. Apesar das limitações que seu uso implica, cabe aqui olharmos para os movimentos que essas organizações provocam e os benefícios propostos ao atingir um grande número de pessoas, possibilitar a formação de redes de compartilhamento e implementar estratégias para despertar no cidadão o interesse pela política e o reconhecimento da importância de sua atuação na esfera pública.

A pesquisa permitiu que fossem identificados inúmeros exemplos do uso da tecnologia por organizações que visam promover a participação política em toda a América Latina. A existência de tantas organizações com objetivos similares evidencia a busca da população por maiores condições de participação política. Nesse sentido,

destaca-se o Novo Serviço Público como a abordagem da administração pública que mais se aproxima das demandas apresentadas pela sociedade atual.

Ao comparar as ações empreendidas no Brasil com as de outros países latino-americanos foi possível identificar muitas semelhanças entre elas. Possivelmente, uma das razões para explicar essa constatação seja o contexto social, econômico, político e cultural semelhante que caracteriza os países da região. Como as dificuldades e os problemas enfrentados por eles são parecidos, também as soluções desenvolvidas para o contexto de uma país podem ser reproduzidas num outro com características similares. Além disso, foi identificado que a maioria dessas organizações integram movimentos e redes de organizações latino-americanas voltadas para a inovação democrática. Nesse sentido, ocorre um intenso processo de benchmarking entre essas organizações de forma que quando um projeto apresenta bons resultados numa localidade, o reconhecimento de seu potencial rapidamente se espalha pela rede para que a iniciativa seja adaptada e implementada em outras regiões.

Por fim, ao analisar a efetividade das práticas de uso da tecnologia para envolver a população na política percebe-se que essas iniciativas ainda são incipientes. Ao que tudo indica a participação do cidadão não depende apenas da abertura do Estado e das ferramentas de que ele dispõe, mas depende sobretudo do reconhecimento da importância de sua atuação comprometida e constante no âmbito público.

Ao finalizar esta pesquisa foi possível constatar que a tecnologia oferece uma vasta gama de possibilidades e é muito bem utilizada para viabilizar projetos inovadores de organizações da sociedade civil e de empreendedores sociais. Entretanto, este estudo limitou-se a análise das percepções dos indivíduos que implementam a tecnologia em seus projetos, isto é, a percepção dos usuários não foi analisada. Por isso, como sugestão para estudos futuros sugere-se a realização de pesquisas com o objetivo de analisar a experiência dos usuários dessas ferramentas e se essas iniciativas provocam algum tipo de mudança nos comportamentos desses cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Layssa Ramos Maia de; BAUTISTA, Judith Bustamante; ADDOR, Felipe. **Potencialidades e limites do uso da tecnologia para o aprofundamento da democracia**. Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, v. 13, n. 27, p.208-226, 2017.

AOS FATOS. **Nosso método**. Disponível em: <<https://aosfatos.org/nosso-m%C3%A9todo/>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

ATLAS POLÍTICO. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.atlaspolitico.com.br/manifesto>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

AUSTIN, James E. et al. **Effective Management of Social Enterprises: Lessons from Businesses and Civil Society Organizations in Iberoamerica**. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. **Empreendedorismo: Conceitos e Definições**. Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p.25-38, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e actual. Lisboa: Edições 70, 2010.

BATISTA, Cristiane; MUÑOZ, Enara Echart (Org.). **Teoria e Prática da Política**. Curitiba: Appris Editora e Livraria, 2017.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BIANCHI, Matías; MANCINI, Pía (Org.). **¿Que democracia para el siglo XXI?** Buenos Aires, 2016. Disponível em: <<http://www.democraciaparaelsiglo21.org/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CASSÉTE, Mariah Lança de Queiroz. **O espaço público e a política moderna: uma análise das perspectivas de Carl Schmitt e Hannah Arendt**. Política & Sociedade, Florianópolis, v. 12, n. 24, p.13-33, 2013.

CHEQUEADO. **Método**. Disponível em: <<http://chequeado.com/metodo>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

CHILE CHECK. **Metodología**. Disponível em: <<http://www.chvnoticias.cl/chilecheck/metodologia/2017-08-09/093158.html>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

CIUDADANO INTELIGENTE. **Quiénes somos.** Disponível em: <https://ciudadanointeligente.org/#sobre-nosotros>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

CODEANDO MÉXICO. **Tecnología de hoy para la ciudadanía de mañana.** Disponível em: <https://www.codeandomexico.org/>. Acesso em: 16 de maio de 2018.

COLAB. **Fazer a cidade melhor está na sua mão.** Disponível em: <https://www.colab.re/>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

CONGRESO ABIERTO. **Acerca de.** Disponível em: <http://congresoabierto.cl/>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

CONGRESO TRANSPARENTE. **Acerca de Congreso Transparente.** Disponível em: <http://congresotransparente.org/>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

CONTAS ABERTAS. **Quem somos.** Disponível em: <http://www.contasabertas.com.br/quem-somos>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Prefácio a uma história da administração pública brasileira.** 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-A3136.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2017.

COSTA, Gustavo Pereira da. **Heranças Patrimonialistas, (Dis)Funções Burocráticas, Práticas Gerenciais e os Novos Arranjos do Estado em Rede:** entendendo a configuração atual da administração pública brasileira. 2012. 256 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2012.

COSTIN, Claudia. **Administração Pública.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CRESPO, Jorge. **The social media impact on processes of citizen participation in democracy:** a study among Madrid students. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jorge_Crespo13/publication/321110143_The_Social_Media_impact_on_processes_of_citizen_participation_in_democracy_A_study_among_students/links/5a0ddcf3a6fdcc2b5b5de91a/The-Social-Media-impact-on-processes-of-citizen-participation-in-democracy-A-study-among-students. Acesso em: 05 mar. 2018.

DAHL, R. **Sobre a Democracia.** Brasília: Editora da UnB, 1998.

DAHL, Robert A. **Poliarquia:** participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 2005.

DEES, J. Gregory. **The Meaning of "Social Entrepreneurship".** 1998.

DEMOCRACYOS. **Introduction.** Disponível em: <http://docs.democracyos.org/>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

DENHARDT, Robert B. **Teorias da Administração Pública.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DEUTSCH, Karl Wolfgang. **Política e Governo**. 2. ed. Brasília: Unb, 1983.

ENGELMAN, Raquel et al. **Empreendedor Social**: Análise com base na técnica Laddering. *Gestão e Desenvolvimento*, Novo Hamburgo, v. 12, n. 2, p.205-222, 2015.

ECUADOR CHEQUEA. **Quiénes Somos**: Metodología. Disponível em: <<http://www.ecuadorchequea.com/el-equipo>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

FISCHER, Rosa Maria; COMINI, Graziella. **Sustainable development**: from responsibility to entrepreneurship. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 47, n. 3, p.363-369, 2012.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

GNOVA. **O que fazemos**. Disponível em: <<http://gnova.enap.gov.br/#atividades>>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

GOMES, Wilson. **Internet e participação política em sociedades democráticas**. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 27, p.58-78, 2005.

GRAY, David E. **Pesquisa no Mundo Real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HAZ TU LEY. **Qué es Haz Tu Ley?** Disponível em: <<https://haztuley.mx/>>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

HELAL, Diogo Henrique; DIEGUES, Geraldo César. **Do patrimonialismo ao paradigma gerencial**: paradoxos na administração pública municipal de caeté – MG. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v. 1, n. 1, p.23-45, 2009.

IIPOLÍTICA. **APP Nosso Mandato**. Disponível em: <<https://www.iipolitica.com.br/>>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

KLERING, Luis Roque; PORSE, Melody de Campos Soares; GUADAGNIN, Luis Alberto. **Novos caminhos da administração pública brasileira**. Análise: *Revista de Administração da PUCRS*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p.4-17, 2010.

LABHACKER. **O que fazemos**. Disponível em: <<http://labhackercd.leg.br/>>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

LA PÚBLICA. **Quiénes somos**. Disponível em: <<https://www.lapublica.org.bo/quienes-somos>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

LYRA, José Francisco Dias da Costa. **Por que Reformar as Instituições?** *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 1, n. 1, p.193-216, 2003.

MACHADO, Roberto Denis. **Direito, Política e Poder**: O Direito como instrumento de ação política. 2012. 135 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2017.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro – da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MELO, Carlos Ranulfo. **Reforma política em perspectiva comparada na América do Sul**. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Ufmg, 2006. p. 45-62.

MEU RIO. **O que nós fazemos na prática**. Disponível em:
<<https://www.meurio.org.br/#block-4953>>. Acesso em 20 de maio de 2018.

MEYER, Bernardo. **Estratégias políticas nos mercados internacionais: o caso de uma empresa de engenharia brasileira**. 2011. 298 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Ufpr, Curitiba, 2011.

MORETTO NETO, Luís. **Gestão Pública**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

MUHLBERGER, Peter. **The Virtual Agora Project: A Research Design for Studying Democratic Deliberation**. *Journal Of Public Deliberation*, Pittsburgh, v. 1, n. 1, p.1-13, 2005. Disponível em:
<<https://www.publicdeliberation.net/cgi/viewcontent.cgi?article=1001&context=jpd>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

NUESTRO PRESUPUESTO. **Acerca del Observatorio**. Disponível em:
<<http://www.nuestropresupuesto.org/acerca-del-observatorio/>>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

OBSERVATORIO LEGISLATIVO. **Quiénes somos**. Disponível em:
<<http://www.observatoriolegislativo.ec/nosotros/observatorio-legislativo/>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias**. *Revista da Fae*, Curitiba, v. 7, n. 2, p.9-18, 2004.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Da administração pública burocrática à gerencial**. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 120, n. 1, p.7-40, 1996.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Unesp, 2001.

PIMENTEL, A. Fonseca. **Política e Administração**. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 2, n. 67, p.269-278, 2016.

PINHO, José Antonio Gomes de (Org.). **Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas**. Salvador: Edufba, 2012.

POLITIZE. **Relatório de atividades 2017**. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/transparencia/>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book Metodologia do Trabalho Cientifico.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

RED INNOVACIÓN POLÍTICA. **Quiénes somos**. Disponível em: <<http://redinnovacionpolitica.org/>>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian; HANSEN, Jaqueline Resmini. **Participação on-line e off-line no Brasil: relações e condicionantes**. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 67, n. 4, p.497-523, 2016.

RIBEIRO, J. U. **Política e Administração**. Organizações & Sociedade, v. 13, n. 37, p. 164-193, 2006.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: Quem manda, por que manda, como manda**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

ROBERTS, Nancy. **Public Deliberation in an Age of Direct Citizen Participation**. The American Review of Public Administration. v.34, n.4, p. 315-353, dez. 2004

SALM, José Francisco; MENEGASSO, Maria Ester. **Os Modelos de Administração Pública como Estratégias Complementares para a Coprodução do Bem Público**. Revista de Ciências da Administração, Florianópolis, v. 11, n. 25, p.97-120, 2009.

SANTOS, A. R.; SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. **A Proposta do Novo Serviço Público e a Ação Comunitária de Bairro: um Estudo de Caso**. Encontro de Administração Pública e Governança 2006. São Paulo: ANPAD, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Pierre Triboli dos. **Laboratórios de inovação cidadã e cultura hacker: um estudo sobre o laboratório hacker da câmara dos deputados**. 2016. 84 f. Monografia (Especialização) - Curso de ., Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Brasília, 2016.

SCHUMPETER, J. A. **O fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico**. In A teoria do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1985.

SEAMOS. **Quiénes somos**. Disponível em: <<http://seamos.co>>. Acesso em 18 de maio de 2018.

SECCHI, Leonardo. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 2, n. 43, p.347-369, 2009.

SERENATA. **Sobre Operação Serenata de Amor**. Disponível em:
<<https://serenata.ai/about/>>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

SIGA BRASIL. **Apostila SIGA Brasil**. Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil>>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

SMITH, G. **Democratic innovations: designing institutions for citizen participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

TRANSPARÊNCIA. **Quem somos**. Disponível em:
<<https://www.transparencia.org.br/quem-somos#estrutura>>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

TISCOSKI, Gabriela Pelegrini; ROSOLEN, Talita; COMINI, Graziella Maria. **Empreendedorismo Social e Negócios Sociais: Um Estudo Bibliométrico da Produção Nacional e Internacional**. Xxxvii Encontro da Anpad, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-16, 2013.

URBINATI, Nadia. **O que torna a representação democrática?**. Lua Nova, n.67, p.191-228, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452006000200007&script=sci_abstract&tlng=pt

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VOTO LEGAL. **Financie sua campanha com multidões**. Disponível em:
<<https://votolegal.com.br/>>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

VOTE NA WEB. **Sobre**. Disponível em: <<http://www.votenaweb.com.br/sobre>>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Unb, 2012.

WOLKMER, Antonio Carlos (Org.). **Fundamentos de história do direito**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora del Rey Ltda, 2006.

ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. **Gestão Social, Democracia, Representação e Transparência: evidências nos estados brasileiros**. Revista de Ciências da Administração, Florianópolis, v. 1, n. 3, p.79-90, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas

Nome:

Idade:

Formação:

Cargo:

País:

- 1. Como o(a) senhor(a) avalia a democracia na América Latina nos dias de hoje?**
- 2. Qual é sua percepção sobre a participação dos cidadãos na administração pública no seu país?**
- 3. Como o(a) senhor(a) acredita que a tecnologia pode contribuir com a democracia e a participação cidadã?**
- 4. O(a) senhor(a) acredita que a tecnologia vem sendo bem utilizada para fins políticos?**
- 5. Quais são os maiores obstáculos para um maior uso da tecnologia para aproximar o cidadão da administração pública?**
- 6. O(a) senhor(a) conhece exemplos exitosos do uso da tecnologia para aprimorar a democracia e a participação popular? Poderia citá-los?**